

RELATÓRIO E CONTAS 2024



Conteúdo

1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. Enquadramento da actividade	8
2.1. Principais Indicadores Financeiros	8
2.2. Introdução da conjuntura operacional	9
2.3. Plano Estratégico	10
2.4. Parcerias Estratégicas	11
2.5. Estrutura Organizativa	12
2.6. Estrutura accionista	15
2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores	15
2.8. Ética e Cultura organizacionais	15
2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	16
2.10. Capital Humano	16
2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços	17
2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito	18
3. Enquadramento da Gestão de Risco	20
3.1. Sistema de Gestão de Risco	20
4. Enquadramento Macroeconómico	23
4.1. Economia Global	23
4.2. Economia Nacional	24
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Relatório do Auditor Independente	31
7. Demonstrações Financeiras	34



01.

MENSAGEM
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2024 ficará marcado não apenas como um ano de intensas adversidades, mas também como um período marcado pela capacidade de adaptação e resposta eficaz aos desafios do Futuro. Não obstante o cenário económico e social particularmente conturbado que se observou no País, o Futuro reafirmou-se como uma Instituição Financeira de microfinanças sólida e resiliente, num cenário em que a economia moçambicana experienciou momentos de grande dualidade.

Neste contexto, enfrentámos, por um lado, a instabilidade política e social pós-eleitoral, com impactos directos no ambiente de negócios. A crise política que emergiu após as eleições de Outubro e os protestos que assolaram o País trouxeram desafios inesperados, tendo simultaneamente demonstrado a relevância de conseguir agir de forma célebre, com agilidade e responsabilidade social. Por outro lado, o desempenho da economia global manteve-se resiliente em 2024, com um crescimento estimado pelo Fundo Monetário Internacional de 3,2%, mesmo perante a persistência de riscos e tensões geopolíticas, associadas aos conflitos no médio-oriente e na Ucrânia. Esta realidade permitiu-nos consolidar o crescimento financeiro sustentável que temos vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos, paralelamente com o reforço do nosso compromisso para com os nossos clientes e com as comunidades que nos rodeiam.

Face a esta realidade, em 2024 a economia moçambicana registou um crescimento de 3,7% no terceiro trimestre de 2024, crescimento esse impulsionado sobretudo pelo aumento da produção de GNL – Gás Natural Liquefeito no projecto offshore Coral Sul, bem como pelo bom desempenho do sector mineiro e pela recuperação do sector da

agricultura (que em 2024 beneficiou da melhoria das condições climáticas, quando comparando como 2023). Contudo, durante o quarto trimestre do ano observaram-se desafios significativos no País, marcados por manifestações sociais severas que provocaram restrições às actividades dos sectores público e privado. Os protestos condicionaram significativamente a actividade operacional nos sectores industrial, dos transportes e logística, de serviços, restauração e turismo, tendo limitado as capacidades de exportação e importação do País, o que por sua vez gerou uma quebra acentuada no consumo e no investimento privado, condicionando assim o desempenho da economia no quarto trimestre do ano (que segundo o INE - Instituto Nacional de Estatística, contraiu 4,9% nos últimos 3 meses de 2024).

Num contexto económico muito desafiante, o Futuro manteve-se como uma Instituição Financeira sólida e resiliente, tendo alcançado um Resultado Líquido satisfatório em 2024: o mais elevado desde a criação do negócio em 2017. Esse desempenho foi possível graças a uma operação sustentada por boa governança, uma gestão de risco prudente e uma posição de liquidez confortável, que permitiu mitigar os efeitos da conjuntura adversa. Destaca-se, ainda, o importante apoio da Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC), cuja assistência técnica e institucional foi fundamental para o fortalecimento das capacidades internas e a melhoria contínua dos nossos processos.

Durante o exercício de 2024, e em linha com o Plano Estratégico aprovado para o período de 2024-2027, o Futuro manteve o foco nos seis pilares estratégicos definidos, que visam potenciar a sustentabilidade do negócio e apoiar a Instituição na mitigação

dos efeitos e dos riscos resultantes de um contexto macroeconómico particularmente incerto, e de uma política monetária restritiva aplicada pelo Banco Central. O foco nestes seis pilares estratégicos - Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitalização - contribuiu em 2024 para a obtenção de uma performance económico-financeira bastante positiva, tanto em termos de rentabilidade, como na melhoria do perfil de risco do Banco. O desempenho positivo observado materializou-se nos seguintes indicadores:

Margem Financeira: em 2024 alcançou-se o montante de MT 73.961.154 o que representa um aumento de cerca de 5% versus 2023. Este aumento resulta sobretudo de uma gestão eficiente da rentabilidade e do pricing da carteira de crédito que, mesmo num cenário de contração de exposição da carteira, permitiu o crescimento da margem financeira.

Rendimentos Operacionais: observou-se um aumento dos Rendimentos Operacionais, excluindo imparidade de crédito, de cerca de MT 23.122.550 (+24%), permitindo alcançar o montante mais elevado na história do Futuro. Este aumento foi sobretudo alavancado no crescimento da Margem Financeira e dos Outros Rendimentos Operacionais, que por sua vez resultaram da capacidade de captação de donativos junto dos parceiros do Futuro.

Resultado líquido do exercício: registámos um crescimento de cerca de MT +3.011.950 (+60%) face a 2023, sustentado não apenas pelos indicadores operacionais do negócio que demonstram um crescimento sustentável (conforme detalhado acima), mas também pelos donativos recebidos do accionista maioritário (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique), por via do acordo existente entre os Governos da Suíça e de Moçambique.

Activos Totais: a ligeira contração de cerca de MT -18.843.468 (-6%) face ao ano de 2023 reflecte sobretudo a redução da exposição da carteira de crédito do Futuro, sendo

que no contexto económico e social adverso observado, não foi possível alcançar os objectivos previstos no Plano Estratégico para crescimento da carteira de crédito.

Capitais Próprios: o crescimento de MT 8.064.954 resulta do Resultado líquido do exercício de 2024. De salientar que, por via da respectiva proposta de aplicação do resultado de 2024, e dos resultados previstos no Plano Estratégico para os próximos anos, a Administração mantém a expectativa de poder alcançar uma situação de Resultados Transitados positivos até 2027, que possibilitará a distribuição de dividendos aos accionistas a partir de 2028, em conformidade com os Artigos 88 e 89 do Código Comercial.

Rácio de Solvabilidade: o rácio global de solvabilidade apurado em 2024 é de 60,89% (versus 54,69% em 2023), mantendo-se assim muito acima do limite de 12% definido pelo Banco de Moçambique no Aviso nº 9 GBM de 2017. Este indicador revela a solidez do Futuro em termos de solvabilidade, reflexo da preocupação do Conselho de Administração com a estabilidade e sustentabilidade do negócio, bem como com o cumprimento de todos os limites prudenciais definidos pelo Banco Central.

De salientar que os indicadores positivos alcançados durante o ano de 2024 foram parcialmente condicionados pela manutenção das Reservas Mínimas Obrigatórias em níveis elevados (39,0% dos recursos de clientes em moeda nacional, e 39,5% dos recursos de clientes em moeda estrangeira), que implicou que o montante de liquidez disponível em Caixa e em Disponibilidades no Banco Central, sem rentabilidade associada, se tenha mantido em MT 15.665.774 (apenas ligeiramente abaixo do máximo histórico de MT 16.024.113 observado em 2023).

Como parte do compromisso do Futuro em prestar uma oferta de serviços que suporte os objectivos de inclusão financeira no Norte de Moçambique, destacamos a continuação, em 2024, do planeamento da abertura de uma nova filial em Namialo, estando actualmente a respectiva inauguração prevista para Novembro de 2025. Embora inicialmente prevista para 2024, a abertura desta segunda filial em Namialo acabou por ser adiada em resultado do contexto económico e social de protestos observado no País

durante o quarto trimestre do ano. Em resultado desse contexto, foi adoptado um posicionamento prudente, com vista a assegurar que a abertura da filial em Namialo ocorra em um momento mais propício ao negócio.

O ano de 2024 foi também um ano onde o Futuro reforçou o seu foco na inclusão financeira no Norte do País, tendo dado seguimento ao trabalho desenvolvido em 2023, em conjunto com a agência de classificação global *MFR* (empresa essa devidamente credenciada pelo *Cerise-SPTF* para realizar a certificação de empresas na área de proteção ao cliente). O objectivo desta parceria consiste em determinar a classificação Socio-Ambiental do Futuro e, com base na mesma, obter um Certificado de Proteção ao Cliente. A classificação Socio-Ambiental permite formar uma opinião sobre a capacidade de uma Instituição Financeira colocar em prática a sua missão e atingir o seu objetivo social e ambiental, através de uma avaliação independente do seu desempenho social e ambiental. Em 2024, o Futuro concluiu a fase inicial de auto-avaliação, estando actualmente em curso a segunda fase de implementação de medidas de acção concretas, com vista a concluir a certificação até ao fim do exercício de 2025.

O reconhecimento, por meio de certificações internacionais, é um motivo de grande orgulho e reforça o valor da nossa marca, permitindo fortalecer o nosso compromisso contínuo de oferecer serviços de inclusão financeira de excelência. Como tal, a Gestão definiu internamente o objectivo de obter a acreditação em 2025 (com classificação de Prata ou Ouro).

No âmbito do nosso foco nas nossas Pessoas, mantemos o nosso empenho em desenvolver o talento dos nossos colaboradores, investindo na sua aprendizagem e formação, e na melhoria dos nossos processos de recrutamento. Valorizamos a competência, a dedicação, o empenho e o profissionalismo dos nossos colaboradores, reconhecendo que estas são características fundamentais para termos uma equipa altamente qualificada, motivada e alinhada com a nossa Missão e Valores. Durante o ano de 2024, e com o apoio de diversos parceiros, promovemos a realização de acções de formação em 11

temáticas distintas, com vista a maximizar a capacitação dos nossos colaboradores e a melhorar a qualidade da nossa Instituição como um todo.

O Futuro também se empenhou em robustecer o seu ambiente de controlo interno, com o objectivo de assegurar uma estrutura e processos que permitam alicerçar um crescimento sustentado do negócio. No exercício de 2024 foi concluído o projecto de redefinição de um *Risk Appetite Framework* que suporta todo o processo de identificação de riscos, tolerância e governação de riscos, e monitorização e reporte, assegurando a sua respectiva documentação para efeitos de Reporte Prudencial, e em conformidade com os requisitos regulamentares do Banco Central. No âmbito deste projecto (que contou com o apoio da *AFS – Advanced Financial Solutions*) foi também reavaliado o processo de *ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process* sendo este o processo que permite que o Futuro avalie a sua adequação de capital, exigindo que as técnicas adequadas de gestão de risco estejam em vigor.

Por fim, e em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão aos accionistas pelo apoio à Missão do Futuro, aos nossos colaboradores pela dedicação demonstrada na prossecução dos objectivos, de acordo com os nossos Valores, e aos nossos estimados clientes e parceiros institucionais, pela confiança em nós depositada.



02.

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

2. Enquadramento da actividade

2.1. Principais Indicadores Financeiros

Em 2024, e não obstante o contexto desafiante que o País tem vindo a atravessar, o Futuro conseguiu atingir resultado positivo. O conexto de elevadas taxa de juro no mercado, bem como a qualidade da carteira de crédito da Instituição, permitiu a concretização do equilíbrio do Futuro ao alcançar um resultado positivo de MT 8,06 milhões, o que representa o quarto ano consecutivo com resultados positivos (e um crescimento de cerca de 60% face ao observado em 2023).

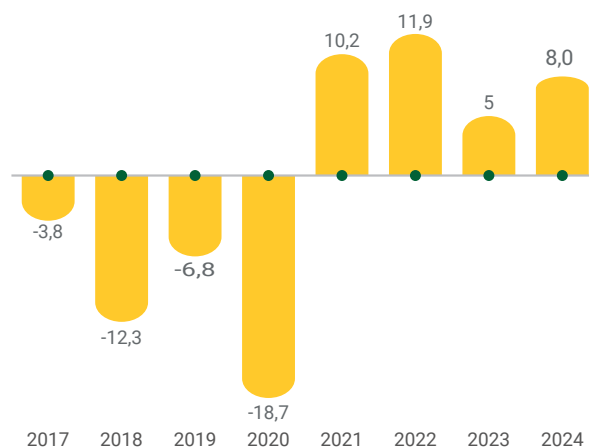
Este foi também o ano em que o Futuro atingiu uma margem financeira histórica, tendo alcançado um crescimento de cerca de +18,5% face ao observado em 2023, totalizando cerca de MT 74,0 milhões, sendo esse o principal driver para o resultado positivo alcançado no exercício.

Importa ainda salientar que, em 2024, o Futuro recebeu donativos da Agência de Cooperação Suíça (SDC), seu accionista maioritário, e actuou de forma conjunta com esta entidade no âmbito da colaboração existente entre os Governos da Suíça e de Moçambique. A doação permitiu ao Futuro posicionar-se num cenário adverso com um resultado positivo, o que, por sua vez, contribuiu significativamente para o resultado líquido alcançado no exercício.

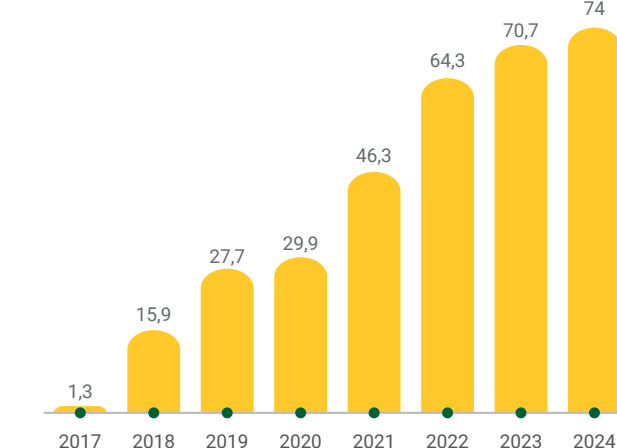
Apesar dos Resultados positivos alcançados no exercício, o crescimento previsto pelo Futuro (no plano estratégico para 2024) para a carteira de crédito e para a carteira de de-pósitos foi em grande forma impactado pelo contexto de incerteza e contestação social e política vivido no país após as eleições presidenciais. A instabilidade observada criou elevadas dificuldades para a generalidade da população no País, retraíndo significativa-mente a procura de crédito pelo mercado, e reduzindo os níveis de poupança.

Face a esta realidade, o ano de 2024 foi também marcado pela contracção da exposição bruta da carteira de crédito em cerca de -14,8% (para um total de MT 176,3 milhões), bem como por uma redução de -11,7% na carteira de depósitos (que fechou o ano em cerca de MT 27,8 milhões).

**EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO
(MT MILHÕES)**



**EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA
(MT MILHÕES)**



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

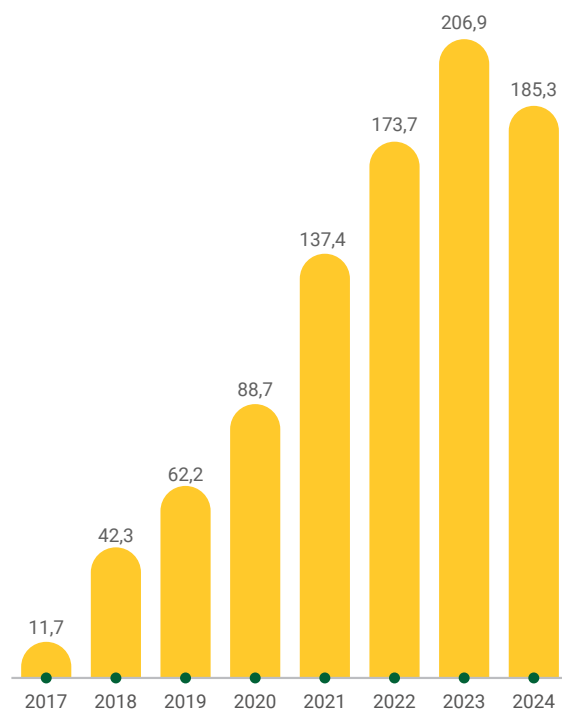
4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

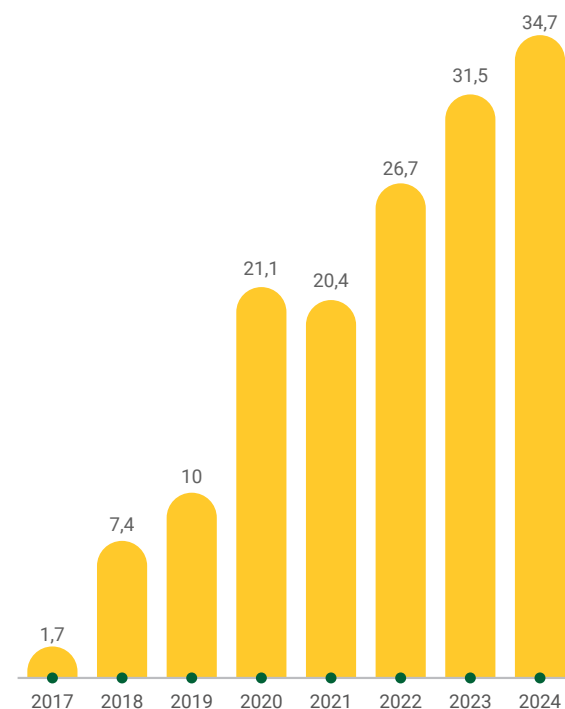
6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EXPOSIÇÃO BRUTA) (MT MILHÕES)



EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS (MT MILHÕES)



A evolução de ambos estes indicadores reflecte em parte uma menor disponibilidade financeira da população para se financiar, tendo contudo aumentado o nível de depósitos voluntários, em resultado das dificuldades resultantes do ambiente de protestos que o País viveu no 4º trimestre do ano. Em paralelo, reflecte também uma menor procura por micro-financiamentos, sobretudo como consequência do contexto adverso para a criação e crescimento de negócios, sendo que em diversas Províncias do país se observaram ataques e furtos a estabelecimentos comerciais.

2.2. Introdução da conjuntura operacional

O Futuro Mcb, S.A. (doravante designado por Futuro) é uma Instituição Financeira focada em microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017, para atender à procura por inclusão financeira dos grupos vulneráveis e de baixo rendimento (especialmente mulheres microempresárias) no Norte de Moçambique. O Futuro tem vindo a expandir a estratégia para incluir o apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), continuando a servir indivíduos e grupos de baixo rendimento, em linha com o compromisso assumido para com a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique e com a Agenda 2030 da ONU para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro beneficia do apoio do governo suíço (através do seu accionista maioritário - Agência de Cooperação Suíça em Moçambique), no âmbito da sua colaboração com o Governo de Moçambique e com o Banco de Moçambique, sustentando os esforços nacionais de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas nas quais a percentagem da população sem acesso aos serviços bancários se mantém elevada.

A Hollard Moçambique - Companhia de Seguros S.A. (e os restantes acionistas do Futuro), estabeleceram uma parceria que adicionou valor às operações do Futuro por meio de conceitos inovadores. Por meio desta parceria, o Futuro disponibiliza aos seus clientes os produtos de seguros da Hollard Moçambique, o que permite ao Futuro apoiar uma ampla gama de necessidades financeiras dentro das comunidades que atende, reforçando assim o seu compromisso de promover uma transformação económica positiva em Moçambique.

Em Outubro de 2022, o Conselho de Administração do Futuro realizou uma reunião para definir um plano para os próximos cinco anos (2023-2027) para guiar o Futuro na próxima fase de expansão e crescimento do negócio. Os seis pilares estratégicos definidos são Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitali-

zação), e representam as dimensões-chave consideradas pelo Conselho de Administração para potenciar o crescimento e sustentabilidade do negócio até 2027.

Em Novembro de 2024, e considerando a actual conjuntura económica, o Plano de Negócio do Futuro foi revisitado (cobrindo o período de 3 anos entre 2025 e 2027) com vista a atender às necessidades e demandas necessárias para a expansão em conformidade com as suas projeções.

2.3. Plano Estratégico

O Plano Estratégico revisto do Futuro (para os anos de 2025–2027) alinha o crescimento estratégico com a sustentabilidade financeira e a expansão no mercado. O Plano Estratégico foi desenvolvido com base em *insights* e realinhamento estratégico dos membros do Conselho de Administração e dos accionistas, durante o retiro dos membros do Conselho de Administração realizado em 2024.

Os objectivos estratégicos do Futuro para 2025-2027 centram-se em impulsionar o crescimento e melhorar a eficiência das operações, mantendo sempre um equilíbrio entre rentabilidade financeira e a cultura em vigor. Ao melhorar as operações, expandir a presença no mercado e garantindo financiamento acessível, o Futuro pretende aumentar o alcance e competitividade dos seus produtos no mercado. As parcerias estratégicas e a diversificação de fontes de receita serão aspectos fundamentais na expansão da base de clientes e no apoio ao aumento da receita, permitindo crescer a operação e ter uma maior capacidade de gerar empregos e estimular o empreendedorismo local.

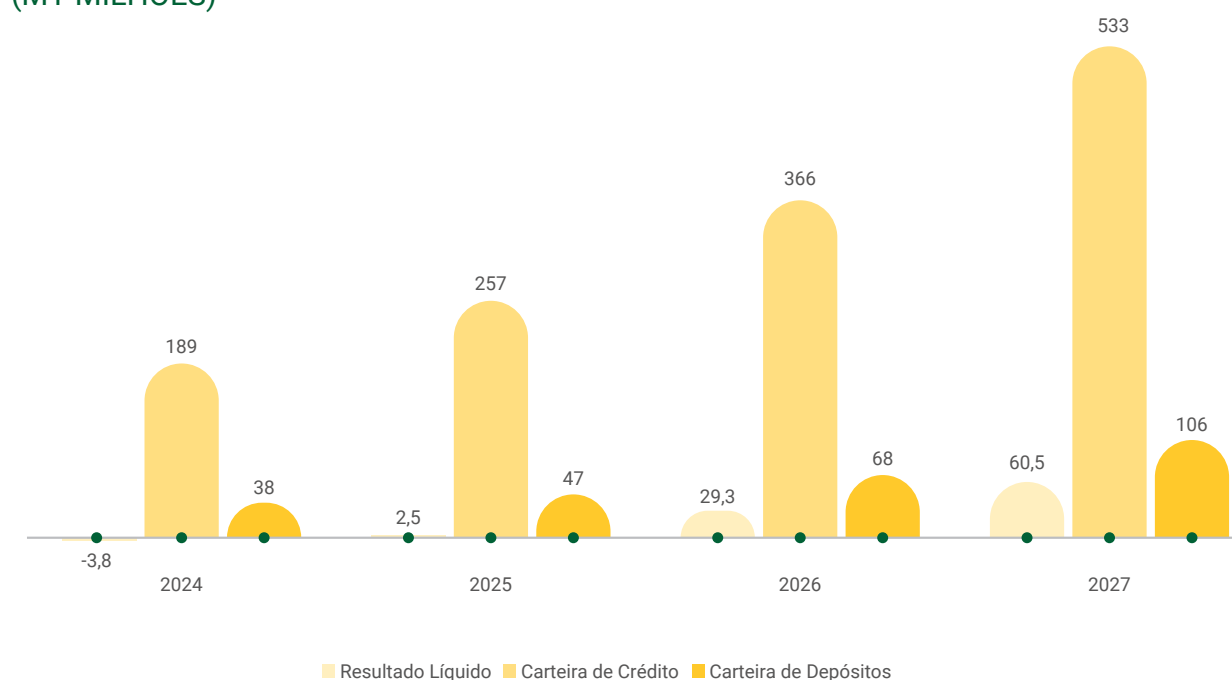
O actual Plano Estratégico visa assim garantir que o Futuro atende às crescentes necessidades de seus clientes, ao mesmo tempo que mantendo uma forte saúde financeira. O Futuro pretende alcançar um total de 31.917 mutuários activos e um volume total da carteira de crédito de MZN 533,2 milhões com CAGR projetado de 45,4% na carteira de crédito e 44,7% na carteira de recursos, respectivamente, mantendo a alta qualidade da carteira de empréstimos no PAR 30 abaixo de 8%. Além disso, o Futuro planeia conti-

nuar a desenvolver o seu sucesso na mobilização massiva de depósitos proactivos com um mercado-alvo de 22.124 depositantes voluntários até 2027.

O Futuro acredita em melhorar a eficiência e a efetividade das operações bancárias por meio de investimentos estratégicos na capacidade técnica dos funcionários, a fim de atingir os seus objectivos futuros. O Futuro tem como objetivo implementar tecnologias financeiras digitais inovadoras nos produtos e serviços oferecidos por meio de sua estratégia de distribuição. Esses esforços permitirão ao Futuro manter sua posição como líder na comunidade financeira Moçambicana e continuar a entregar uma proposta de valor aos seus clientes.

Durante o ano de 2025, e de acordo com os procedimentos em vigor no Futuro, o Plano Estratégico definido até 2027 será alvo de revisão anual pelo Conselho de Administração.

PROJEÇÕES BUSINESS PLAN (MT MILHÕES)



2.4. Parcerias Estratégicas

À medida que o Futuro embarca numa expansão ambiciosa no Norte de Moçambique, as parcerias estratégicas são cruciais por forma a permitir a adaptação da estrutura e políticas para escalabilidade do negócio, o desenvolvimento de uma gestão de risco robusta, a melhoria do recrutamento e do desenvolvimento do pessoal e a implementação de soluções digitais eficazes.

Neste âmbito, com vista a apoiar o Futuro na transferência de conhecimentos e competências de consultores e especialistas externos (necessários para a formação e capacitação dos seus recursos internos), torna-se essencial para o Futuro continuar a contar com o apoio do seu accionista maioritário (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique). Durante o ano de 2024 a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique demonstrou a intenção de manter o seu apoio ao Futuro, por via de 1 donativo no montante de USD 510.000 (MT 32.267.700), destinado a Assistência Técnica para desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos do Futuro.

Durante o ano de 2024, e em parceria com a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique, foi formalizado o novo Acordo de Assistência Técnica para o período de 2024-2027, que visa assegurar os requisitos necessários para alcançar o sucesso do Plano Estratégico do Futuro, e que se foca nas seguintes vertentes:

- **Desenvolvimento Organizacional:** tem como foco o refinamento da estrutura organizacional e a actualização de políticas para aumentar a escalabilidade e a eficiência, alinhando-se aos objetivos de expansão do Futuro.
- **Desenvolvimento de Recursos Humanos:** visa fortalecer a força de trabalho por meio de programas aprimorados de recrutamento, avaliação de desempenho e desenvolvimento, garantindo a capacidade da equipa para impulsionar o crescimento e manter a excelência do negócio.
- **Formação e Capacitação:** iniciativas estratégicas para actualizar as competências da força de trabalho e da liderança, essencial para gerir a expansão, melhorar as capacidades digitais e garantir o crescimento sustentável no sector financeiro em evolução de Moçambique.
- **Transformação Digital:** serve como uma iniciativa fundamental para modernizar os serviços bancários através da digitalização, melhorando assim a experiência do cliente e a eficiência operacional.
- **Expansão do Alcance do Cliente:** centra-se na alavancagem de campanhas de poupança direccionadas e programas de literacia financeira para aprofundar as relações com os clientes e alargar a presença no mercado, com especial ênfase nas regiões rurais e agrícolas.
- **Marca Futuro:** visa melhorar a visibilidade e reputação da marca através de esforços estratégicos de marketing e uma forte presença nas redes sociais.
- **Assessoria Jurídica e Governança:** garante a adesão à conformidade e à governança por meio de análises jurídicas completas e actualizações de políticas, em alinhamento com a expansão e as estratégias operacionais do Futuro.
- **Captação de recursos e relações com investidores:** fortalece a base financeira e aumenta a transparência com as partes interessadas, apoiando as iniciativas estratégicas e aspirações de crescimento do Futuro.
- **Aquisição de Investidores:** envolve-se na atração de novos investidores através da criação de um modelo de negócios e rentabilidade atraente.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

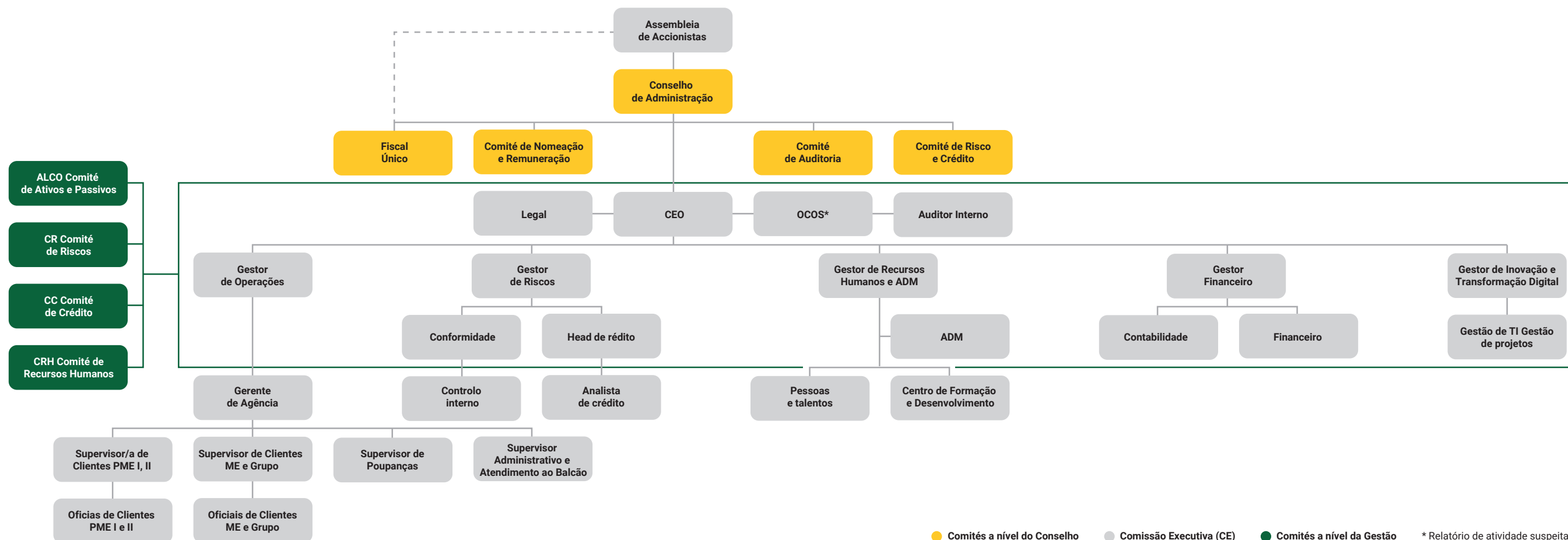
7. Demonstrações Financeiras

2.5. Estrutura Organizativa

O modelo de governo do Futuro está definido nos seus estatutos, cumprindo com os requisitos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovada pela Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro. A estrutura organizacional é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, e pelo Fiscal Único. Adicionalmente, integra o modelo de governo o Comité de Auditoria e Risco, o Comité de Remuneração, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), o Comité de Gestão de Risco Operacional, o Comité de Gestão Crédito e o Comité de Gestão de Recursos Humanos.

Esta estrutura transparente de governo do Futuro permite uma distinção clara das funções entre o Conselho de Administração e os diversos Comités de Gestão. As funções do Conselho de Administração concentram-se na definição das políticas do Futuro e no estabelecimento de uma supervisão rigorosa e independente dos Comités de Gestão, a fim de garantir que as decisões tomadas estejam sob controle. Por outro lado, os Comités de Gestão são responsáveis pela gestão das actividades operacionais diárias do negócio.

A auditoria interna reporta directamente aos Oficiais de Comunicação de Operações Suspeitas (OCOS) e ao Comité de Auditoria e Risco. O departamento de Auditoria Interna é



dotado dos recursos suficientes e recebe formação adequada. Os auditores têm poder e autoridade suficientes para poder levar a cabo as suas tarefas e obrigações. As funções, poderes e responsabilidades da Auditoria Interna estão documentadas no regulamento de Auditoria Interna tendo sido comunicadas e publicadas internamente, no Futuro.

O Futuro mantém boas relações com as autoridades reguladoras e fiscalizadoras da atividade bancária, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos necessários.

A composição dos Órgãos Sociais, e dos principais Comitês, do Futuro pode ser resumida de acordo com o detalhe seguinte:

Assembleia Geral

1. Conselho de Administração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Pierre Alexander Strauss	Presidente do Conselho de Administração	7
Eduardo António Lucchesi Reis	Administrador Delegado	7
Mirko Manzoni	Administrador Independente	7
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Administradora	5
Israel Muchena	Administrador	5
Norbert Jacques Emile Fuchs	Administrador	4
Klaus Maurer	Administrador	4
Ilaria Dali*	Administradora	1

* Em processo de aprovação pelo Banco de Moçambique

2. Comissão Executiva

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo António Lucchesi Reis	Administrador Delegado	7
Vuruca Adamuge Massote	Director Operacional	6
Amélia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	2
Ali Shaukat Abdulla	Gestor Financeiro	2
Vinícius Lucchesi Reis	Gestor de Recursos Humanos	2

3. Fiscal Único

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Ismael Abdurrazac Faquir	Fiscal Único	2

4. Comitês do Conselho de Administração

4.1. Comité de Auditoria

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Mirko Manzoni	Presidente	7
Israel Muchena	Membro Permanente	5
Klaus Maurer	Membro Permanente	4

4.2 Comité de Nomeação e Remuneração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Norbert Jacques Emile Fuchs	Presidente	4
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Membro Permanente	5
Ilaria Dali	Membro Permanente	1

4.3 Comité de Crédito e Risco

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Klaus Maurer	Presidente	7
Israel Muchena	Membro Permanente	5
Norbert Jacques Emile Fuchs	Membro Permanente	4

5. Comitês da Comissão Executiva

5.1. ALCO - Comité de Activos e Passivos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo António Lucchesi Reis	Administrador Delegado	7
Amélia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	2
Ali Shaukat Abdulla	Gestor Financeiro	2

5.2 CRH - Comité de Recursos Humanos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo António Lucchesi Reis	Administrador Delegado	7
Amélia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	2
Vinícius Lucchesi Reis	Gestor de Recursos Humanos	2

5.3 Comité de Riscos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo António Lucchesi Reis	Administrador Delegado	7
Vuruca Adamuge Massote	Director Operacional	6
Amélia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	2
Vinícius Lucchesi Reis	Gestor de Recursos Humanos	2
Etelvino Zuber	Gestor de Risco e Crédito	1

2.6. Estrutura accionista

O capital social do Futuro é de MT 107.800.000, o qual é constituído por 154 acções de valor nominal de MT 700.000 cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%
Hollard Moçambique Companhia de Sguos	54	35,06%
Futuro Mcb, S.A.	1	0,70%
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,70%
Total	154	100%

2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores

O Propósito do Futuro consiste em permitir uma transformação económica positiva para indivíduos e empreendedores em crescimento em Moçambique. Os principais clientes dos serviços do Futuro são indivíduos empreendedores e PME's – Pequenas e Médias Empresas, que impulsionam o mercado local numa economia que ainda se mantém predominantemente informal. O Futuro fornece acesso a serviços e produtos financeiros exigidos por empresas em crescimento se desenvolvam de forma sustentável e conduzam à transformação económica.

A Visão do Futuro é ser uma Instituição líder de microfinanças em Moçambique. Para alcançar esta Visão, o Futuro tem como Missão fornecer uma variedade de soluções financeiras de forma inclusiva, simples, responsável e sustentável.

O Futuro prioriza a simplicidade na abordagem aos serviços financeiros, oferecendo produtos acessíveis e fáceis de entender para indivíduos e empreendedores. Esta abordagem é adaptada às necessidades da população e do mercado local, procurando ajudar a provocar mudanças positivas na inclusão financeira, fornecer produtos e serviços financeiros aos seus clientes, com um foco particular na população sem conta bancária em Moçambique.

O Futuro procura manter os mais elevados padrões de conduta ética, baseados em valores partilhados, com um código de conduta que trata todos os clientes e colaboradores com cuidado, dignidade e respeito. Os seus serviços são disponibilizados de forma permanente e sustentável por forma a ter um impacto positivo e duradouro na vida, e na transformação da realidade económica, dos seus clientes.

O nosso modelo de negócios assenta assim em valores como a inclusão, simplicidade, responsabilidade e sustentabilidade, em linha com os princípios dos nossos accionistas (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique e a Hollard Moçambique), que apostam em iniciativas para um sector financeiro mais inclusivo.

2.8. Ética e Cultura organizacionais

O código de ética e boa conduta do Futuro foi elaborado com vista a orientar os colaboradores e facilitar a gestão na tomada de decisão.

O código do Futuro é composto por: valores éticos, responsabilidade pessoal, conflito de interesses, protecção de dados, relação laboral, política contra branqueamento de capitais, responsabilidade social e ambiental.

2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

O Futuro mantém-se empenhado em apoiar a Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique. Alinhado com a Estratégia de Sustentabilidade, e potencializando o compromisso em gerar valor aos seus stakeholders, o Futuro prioriza 8 ODS's, que reforçam o comprometimento em alinhar os negócios à agenda 2030, acompanhando o impacto e a contribuição para as metas da sociedade e o seu progresso na implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária.



2.10. Capital Humano

Para conseguir alcançar os objectivos de médio e longo prazos o Futuro conta com uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e respeito às pessoas e uma forte política de formação dos colaboradores no sentido de formar e reter pessoal qualificado e talentoso. O Futuro procura ser uma Instituição desejada por profissionais de alta per-

formance para exercem as suas funções profissionais, viverem o seu presente profissional e construir o seu futuro.

A 31 de Dezembro de 2024 o Futuro conta com uma equipa de 86 colaboradores (versus 85 colaboradores em 2023) e tem uma estrutura interna aberta e acessível para promover as interações necessárias entre as diversas equipas e os diversos níveis de gestão. O Futuro promove as competências essenciais e transformadoras dos colaboradores com o objetivo de tornar viável a sua estratégia de negócios. Durante o ano 2024 o Futuro promoveu acções de formação em 11 temáticas distintas, para os seus colaboradores, conforme detalhado abaixo:

TEMÁTICA	Nº PARTICIPANTES	DURAÇÃO (HORAS)
Formação para Fortalecimento da Avaliação de Crédito	11	15
Formação para Implementação do Sistema Bancário @Kredit-core	4	8
Formação para Liderança Situacional	16	6
Formação sobre Sistema de Reembolsos E-mola	55	1
Formação para fortalecer os Diretores de Clientes de Namialo	5	16
Formação em Empréstimos de Poupança e Produtos de Seguros	5	8
Formação em Gestão Financeira	5	3
Formação em Marketing e Serviço ao Cliente	5	4
Formação em Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC-FT)	10	1
Formação em Colecta e Recuperação	17	24
Formação em IFRS 9	9	11

De salientar ainda o foco do Futuro na igualdade e inclusão de género, sendo que cerca de 50% dos recursos correspondem a colaboradores do género masculino, e 50% corresponde a colaboradoras do género feminino.

2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços

O microcrédito é a principal actividade operacional do Futuro e pode ser descrita como uma abordagem clássica de micro finanças.

Os produtos e serviços oferecidos pelo Futuro foram desenhados com um objectivo duplo: por um lado, o Futuro serve o segmento inferior do mercado e a sua missão é permitir o acesso deste grupo a serviços financeiros personalizados e acessíveis em termos de custos. Por outro lado, o Futuro atinge a sustentabilidade do seu modelo de negócio através de uma carteira de produtos orientada para o lucro.

É assim fundamental para a estratégia de produtos e definição de preços que se permita um alto grau de flexibilidade, por forma a que a gestão possa ajustar os produtos e o seu preço de acordo com os resultados financeiros, com as condições do mercado e dos clientes e em conformidade com os requisitos do Banco de Moçambique.

Deste modo, o preçário em vigor no Futuro é definido pela CAP. A CAP tem em consideração diversos factores para definição do preçário, nomeadamente: a observância dos regulamentos, a necessidade de o Futuro combinar passivos e activos sensíveis às taxas de juro, o custo dos fundos, o risco cambial (em caso de um financiamento em moeda estrangeira), os indicadores de rentabilidade dos activos, o factor de risco de um empréstimo e o custo de conceder um empréstimo.

2.11.1 Produtos de Crédito

A oferta de produtos de microcrédito do Futuro encontra-se segmentado em três principais segmentos: o segmento Micro-Empreendedor e de Grupo, o segmento de PME's – Pequenos e Médios Empresários e o segmento de Agronegócio.

- Segmento Micro-Empreendedor e de Grupo: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneio de negócios comerciais, de serviços e agrícolas a micro-empreendedores de forma individual, ou em grupo. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 10.000 e MT 50.000, sendo garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso de um indivíduo ou Grupo de indivíduos.
- Segmento PME's: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneio de negócios comerciais, industriais, de serviços e agrícolas a empresas de pequena e média dimensão. Estes empréstimos aos pequenos e médios empresários foram introduzidos no Futuro durante o ano de 2019, sendo que o montante dos empréstimos concedidos neste segmento varia geralmente entre MT 50.000 e MT 300.000 (para pequenos empresários) e entre MT 300.001 e MT 3.000.000 (para médios empresários). Existe ainda a modalidade de empréstimo para investimento, com o objectivo de financiamento para aquisição de activos destinados à produção de bens, cujos montantes desembolsados podem variar entre MT 100.000 e MT 5.000.000.
- Segmento Agronegócio: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar a produção e a comercialização de negócios agrícolas. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 50.000 e MT 1.000.000, sendo garantidos por colaterais correspondentes a garantias reais (i.e. activos físicos).

2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito

2.12.1 Monitorização de créditos sem mora

Os créditos sem mora são acompanhados exclusivamente pelos Oficiais de Clientes responsáveis. O Futuro visa manter um contacto próximo com os seus clientes através de visitas regulares ao terreno por forma a assegurar uma monitorização regular das operações em carteira.

As visitas iniciais de acompanhamento têm lugar entre 1 a 2 semanas após o desembolso inicial da operação, com o propósito de verificar se o empréstimo concedido pelo Futuro está efectivamente a ser utilizado pelos clientes para os fins acordados contratualmente. A segunda visita de acompanhamento ocorre geralmente a meio da maturidade das operações de crédito concedidas, sendo que a terceira visita de acompanhamento é geralmente realizada durante as últimas semanas da operação, por forma a confirmar as condições para o reembolso final, e / ou para se preparar a modalidade de operação de crédito seguinte (em caso de bom pagamento).

2.11.2 Monitorização de créditos com mora

A Comissão de Recuperação de Crédito (CRC) é responsável pela gestão dos créditos em mora do Futuro, e apoia o Oficial de Clientes no acompanhamento dos pagamentos em mora. De acordo com critérios específicos, esta Comissão pode ser constituída pela gestão (a nível da sede e das agências), pelo Director de Operações e pelos Oficiais de Clientes. Os membros dependem do produto, dos valores dos empréstimos não pagos e do número de dias de atraso de um empréstimo.



03.

ENQUADRAMENTO DA GESTÃO DE RISCO

3. Enquadramento da Gestão de Risco

3.1. Sistema de Gestão de Risco

3.1.1 Política de Gestão de Risco

O conteúdo das políticas e procedimentos do Futuro serve como um mecanismo de defesa primário contra quaisquer riscos a que o Futuro esteja exposto e que podem levar a perdas financeiras ou de reputação.

Além da política de gestão de risco, o Conselho de Administração instaura procedimentos para responder de forma eficiente aos riscos subjacentes às diversas actividades em que actua. O objectivo é conseguir uma melhor resposta ao risco, alinhada de acordo com uma avaliação objectiva dos riscos.

São assim estabelecidas estruturas de controlo interno para garantir que são tomadas medidas preventivas e corretivas adequada, visando assegurar que um risco individual não “ultrapassa” o nível de risco aceitável.

3.1.2 Análise de Risco

As questões de risco são geridas de forma consistente em toda a organização e as interações dos vários riscos, bem como os impactos associados, devem ser entendidos e considerados quando forem tomadas decisões estratégicas e táticas.

Todos os riscos são avaliados qualitativamente numa base recorrente e, quando adequado, a avaliação realizada inclui uma análise quantitativa.

Os colaboradores afectos à avaliação de risco, por exemplo, o gestor de riscos, a Auditoria Interna ou o controlo operacional, trabalham com a equipa operacional para identificar os riscos, de modo que a avaliação dos riscos por parte do Conselho de Administração ocorra numa base objectiva.

Os principais tipos de risco monitorizados e acompanhados pelo Futuro são os seguintes:

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge sempre que o Futuro está exposto a perdas por parte de um devedor, fiador ou contraparte que não consegue honrar as suas obrigações contratuais de dívida, conforme acordado e em tempo útil. O Futuro tem em conta o risco de que um mutuário seja incapaz ou não queira cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

- **Risco de Concentração (de Crédito)**

É um risco que deriva quer de uma concentração de empréstimos que estão sujeitos a factores de risco comuns, quer de uma concentração significativa de grandes exposições.

- **Risco Interbancário**

É o risco de que um Banco / uma Instituição Financeira à qual o Futuro está exposto (por exemplo, um empréstimo, garantia, depósito) entre em incumprimento, o que significa que é incapaz de cumprir com uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

Este tipo de risco também pode ser criado por um declínio no **rating** de crédito de um Banco / de uma Instituição Financeira ao qual o Futuro se encontre exposto.

- **Risco do Mercado**

O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio)

e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos do Futuro, quer por via das pessoas ou dos sistemas, incluindo também as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

- **Risco Cambial**

O risco cambial pode ser definido como o risco no qual os activos dos Futuro são negativamente afetados pelas variações cambiais (uma vez que as taxas de câmbio estão em constante mudança). Não obstante a reduzida exposição cambial inerente ao Modelo de Negócio do Futuro, as flutuações cambiais podem ter um impacto nos resultados, tanto positiva como negativamente. Para o controlo deste risco foram definidos pelo Banco de Moçambique limites (Posição Global não deve ser superior a 20% dos Fundos Próprios e a Posição por Moeda não deve ser superior a 10%)., os quais são monitorizados e respeitados pelo Futuro.

- **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Futuro cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

- **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para o Futuro resultantes de movimentos adversos de taxas de juro do mercado (por via de uma redução de resultados e/ou por via de uma redução do valor dos

activos).

A relação entre os resultados e as taxas de juro surge dos desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas de juro das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, e/ou da existência de opções embutidas nas posições de activos, passivos e extrapatrimoniais.

O Futuro adoptou integralmente as políticas de gestão de risco previstas e estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Neste âmbito, destacamos que a mensuração e reconhecimentos dos riscos é assegurada sobretudo através da Comissão de Activos e Passivos (CAP), que é parte integrante da gestão do Futuro.

Mudanças na liquidez do mercado e/ou nas taxas de juro expõem o Futuro ao risco de perda, que pode em casos extremos ameaçar a continuidade do negócio. Como tal, é essencial que a Direcção Executiva, bem como o Conselho de Administração, compreendam a existência destes riscos na Demonstração da Posição Financeira e assegurem que a estrutura do negócio do Futuro (bem como o nível de risco assumido) é gerida de forma efectiva.

Encontram-se assim estabelecidos procedimentos e políticas apropriados para monitorizar e mitigar os riscos identificados acima, estando também assegurados os recursos internos necessários para capacitar para a avaliação e o controlo dos mesmos.



04.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4. Enquadramento Macroeconómico

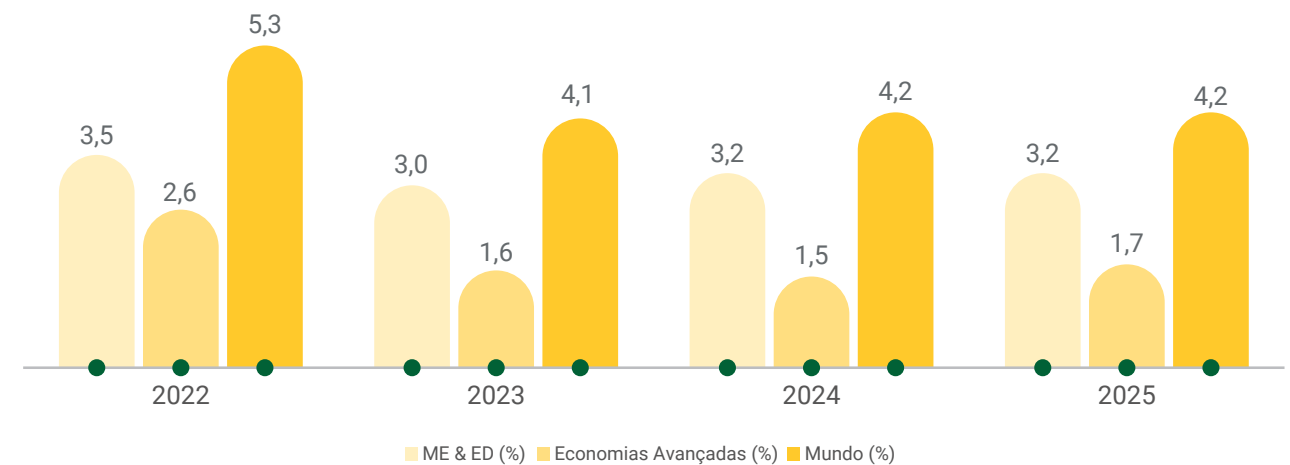
4.1. Economia Global

O ano de 2024 foi marcado por desafios e oportunidades no panorama económico global. A inflação apresentou sinais de estabilização em várias economias, influenciada por políticas monetárias restritivas adoptadas por Bancos Centrais, enquanto o crescimento económico permaneceu moderado como reflexo das incertezas geopolíticas e das flutuações nos preços de commodities. Nos mercados financeiros, a volatilidade foi mitigada por uma recuperação gradual da confiança dos investidores, embora os riscos associados a alterações regulatórias e avanços tecnológicos se mantenham no radar.

O cenário económico global desafiador observado em 2023 manteve-se assim em 2024, com resultados mistos em termos de crescimento global. Na Zona Euro, o crescimento económico manteve-se moderado, em torno de 1,2%, ligeiramente abaixo das previsões iniciais, reflectindo os efeitos persistentes de políticas monetárias restritivas e incertezas geopolíticas. Nos Estados Unidos, o crescimento atingiu 1,8%, alinhado com as expectativas, sustentado por uma recuperação gradual no consumo e investimentos em sectores estratégicos, apesar do impacto de taxas de juros elevadas. No resto do mundo, os mercados emergentes apresentaram desempenhos heterogéneos, com um crescimento médio de cerca de 3,5%, abaixo das projeções, impacto sobretudo por condições financeiras globais mais restrictas e instabilidades regionais. Esse contexto global influenciou os mercados financeiros e a actividade bancária, exigindo uma gestão prudente de riscos e adaptabilidade às condições económicas em constante evolução.

De acordo com as previsões do FMI – Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a economia mundial deverá crescer a um ritmo moderado em 2025, influenciada por factores como restritividade financeira, mudanças climáticas adversas e menor dinamismo da economia chinesa, afetando os fluxos de investimento e comércio global. Para as economias avançadas, o FMI projeta um crescimento real do PIB de 1,7% em 2025, mantendo-se estável em relação ao crescimento estimado de 1,5% observado em 2024. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de cerca de 4,2% em 2025, indicando estabilidade em relação ao ano de 2024.

CRESCIMENTO DO PIB (%)
MUNDO



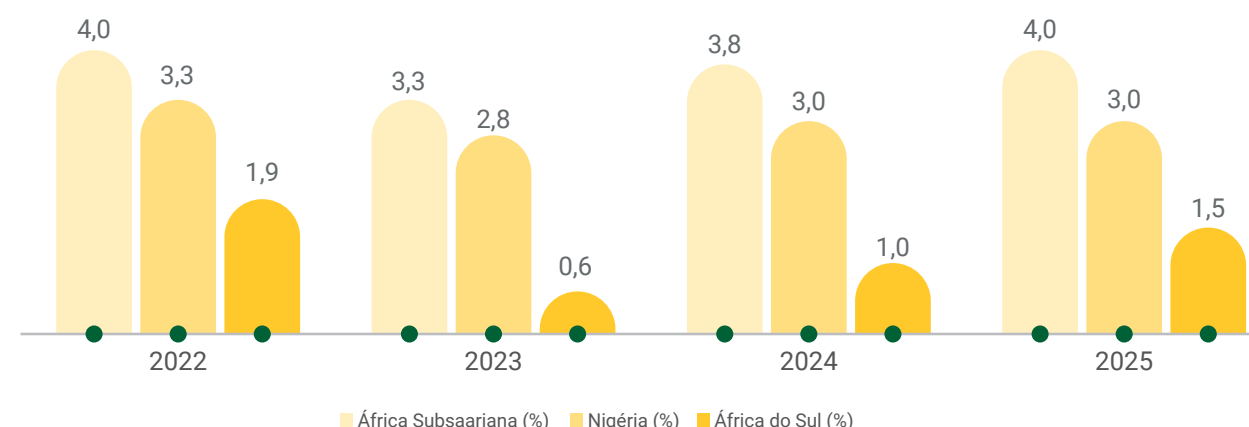
As projecções mais recentes do FMI para 2025 indicam que o PIB da África Subsaariana deverá crescer cerca de 4,0% em 2025 (o que representa um aumento de +0,2 pontos percentuais face a 2024). Este aumento projectado pelo FMI é assim sobretudo resultante uma combinação de factores que apontam para uma recuperação e maior dinamismo económico na região, nomeadamente os seguintes:

- Alívio das Pressões Inflacionárias: Espera-se que a inflação continue a desacelerar, impulsionada pela redução dos preços globais das commodities e pela estabilização dos mercados de energia e alimentos.
- Reversão de Políticas Monetárias Restritivas: A flexibilização gradual das políticas monetárias, que começaram a ser ajustadas em 2024, tenderá a melhorar as condições de crédito e estimular o consumo e os investimentos.
- Maior Investimento em Infraestrutura: Muitos países da região encontram-se no curso de direccionar esforços para projectos de infraestrutura (tanto em energia quanto em transportes) com apoio de instituições multilaterais e parcerias privadas.
- Diversificação Económica: As economias da África Subsaariana encontram-se a apostar em estratégias de diversificação, especialmente para reduzir a dependência de exportações de matérias-primas, o que poderá gerar crescimento em sectores como tecnologia, serviços e manufatura.
- Melhoría na Gestão de Dívidas: As iniciativas para renegociar e reestruturar dívidas externas estão a permitir a libertação de recursos para investimentos domésticos.

No entanto, o FMI alerta que o crescimento de 4,0% previsto para a África Subsaariana se encontra condicionado a factores como estabilidade política, resiliência frente às

mudanças climáticas e a capacidade de atrair investimentos estrangeiros num cenário global ainda incerto.

CRESCIMENTO DO PIB (%) ÁFRICA



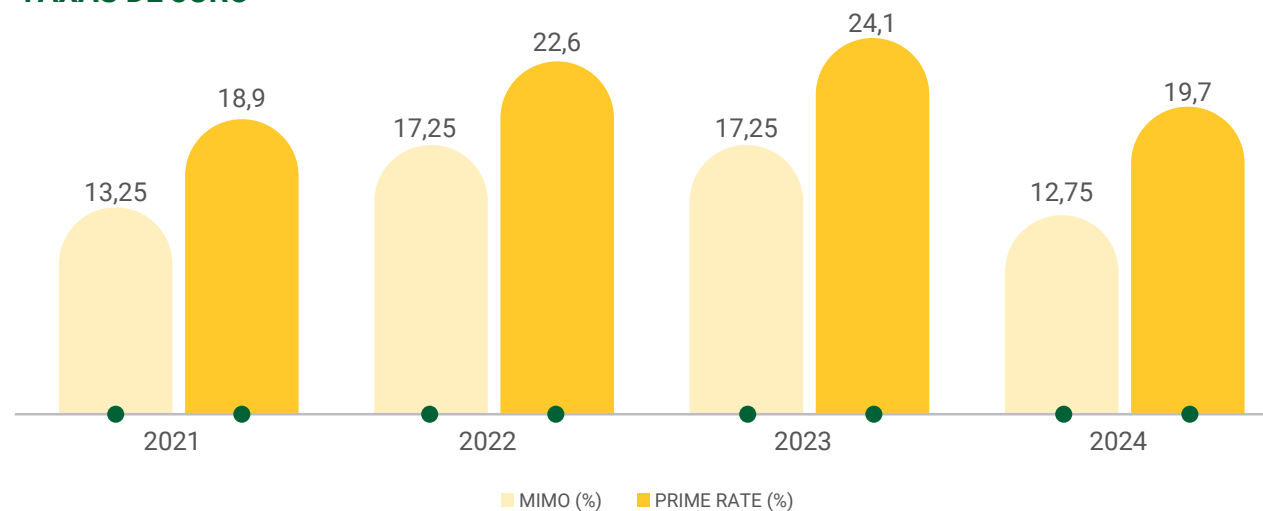
4.2. Economia Nacional

O ano de 2024 foi um ano de desafios e reacções no contexto económico de Moçambique, com o Banco de Moçambique a tomar decisões estratégicas para conter pressões inflacionárias e garantir a estabilidade financeira. A manutenção das reservas mínimas obrigatórias nos níveis de 39,0% e 39,5% para os passivos em moeda nacional e estrangeira, respectivamente, foi uma medida crucial para absorver o excesso de liquidez no sistema bancário. Esta acção visou limitar a inflação e assegurar que o crescimento da economia fosse sustentável, sem criar desequilíbrios financeiros. Não obstante, a manutenção dos níveis de reservas mínimas obrigatórias tem sido apontada como o principal motivo para a escassez de moeda estrangeira no país: de acordo com a CTA - Confederação das Associações Económicas de Moçambique, as necessidades de moeda estrangeira não satisfeitas em importações ou pagamentos ao exterior ascendem a cerca de 400 milhões de dólares, devido a “constrangimentos de liquidez” de moeda estrangeira nos Bancos.

Ao nível da inflação, verificamos que após atingir 5,3% durante o ano de 2023, a inflação em Moçambique para o ano de 2024 apresenta uma tendência decrescente. De acordo com o Banco de Moçambique, estima-se que a inflação anual de 2024 se situe em cerca de 4,15%, o que reflecte a tendência de redução da inflação face ao período homólogo, e os resultados da política monetária mais restrita aplicada pelo Banco Central.

Em termos da evolução das taxas de juro, e não obstante a redução observada nos níveis de inflação, o Banco de Moçambique adoptou em 2024 uma postura cautelosa, e alinhada com a política monetária mais restritiva. O Banco Central optou assim por reduzir gradualmente as principais taxas directoras durante o ano de 2024: verificamos que a taxa MIMO fechou o ano em cerca de 12,75%, sendo que a Prime Rate se posicionou em cerca de 19,7% no final do mês de Dezembro de 2024.

TAXAS DE JURO



No quadro social e político, destacam-se alguns eventos ocorridos durante o ano de 2024:

- Janeiro de 2024 – Retoma do Projecto da Área 1 da TotalEnergies:** Após a visita do CEO da TotalEnergies a Palma e Afungi, é esperado que os trabalhos de exploração de gás natural no projeto da Área 1 sejam retomados, após um período de paralisação devido à instabilidade em Cabo Delgado. Este evento é crucial para a economia do país, pois marca um passo importante na recuperação do sector de gás e na criação de empregos e receitas para o Estado.
- Março de 2024 - Prolongamento da Missão da SADC em Cabo Delgado:** A missão militar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi renovada até Julho de 2025, com o objectivo de continuar a apoiar a estabilização de Cabo Delgado. A prorrogação desta missão é uma data importante para a segurança e a reconstrução da região, que tem sido afectada por conflitos armados desde 2017.
- Junho de 2024 - Comemoração do Dia da Independência:** O 49º aniversário da independência de Moçambique, celebrado em 25 de junho, é uma data histórica e um momento de reflexão sobre os avanços e desafios do País. A data foi marcada pela realização de diversos eventos políticos e sociais, que destacaram a luta pela liberdade e a construção da nação.
- Outubro de 2024 - Eleições Gerais:** Realizadas em Outubro de 2024, as Eleições Gerais foram um marco importante no cenário político de Moçambique. As eleições determinaram a composição do Governo e das Autarquias, reflectindo a dinâmica política

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

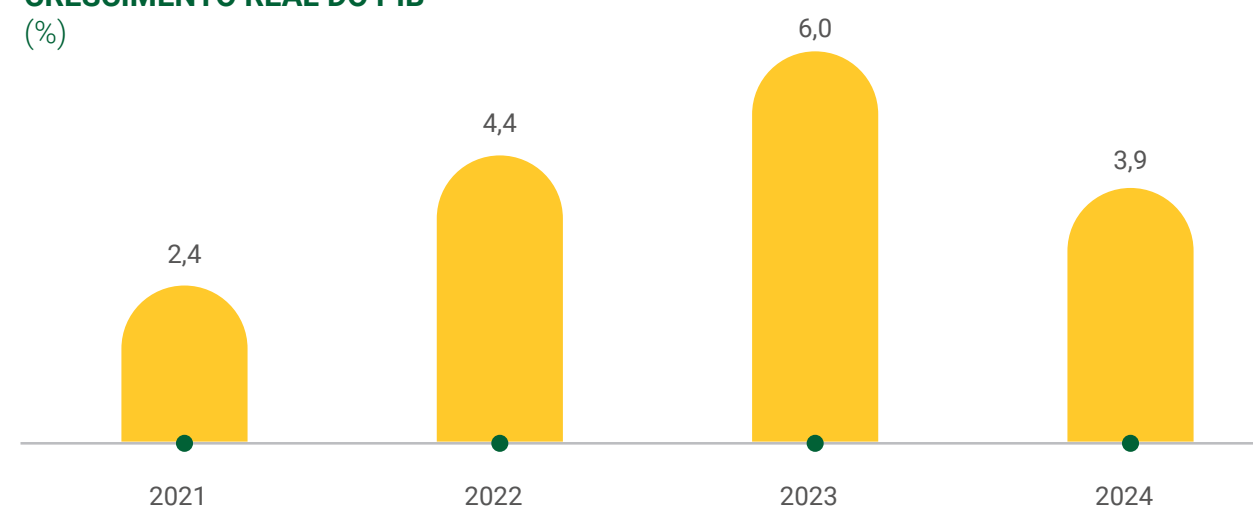
7. Demonstrações
Financeiras

do país e a relação entre o governo central e os partidos da oposição. Apesar de marcadas por episódios de contestação e protestos pela população, partidos da oposição e pela sociedade civil, foi comunicada a vitória do candidato presidencial do Partido Frelimo, Daniel Chapo;

O ano de 2024 foi sobretudo (e inegavelmente) marcado pelos protestos e conflitos observados após comunicação dos resultados das eleições Presidenciais realizadas em Outubro de 2024. Após comunicação do anúncio da vitória do candidato do Partido Frelimo, Moçambique tem enfrentado intensos conflitos sociais e políticos, com uma polarização crescente entre o governo da Frelimo e os partidos da oposição, que acusaram o processo eleitoral de irregularidades e falta de transparência. A instabilidade política resultante gerou protestos em várias regiões do país, afectando a confiança dos investidores e limitando o crescimento económico. O impacto social foi profundo, com tensões exacerbadas pelas dificuldades económicas, como o aumento do custo de vida e a persistência de desafios no sector de segurança, especialmente em Cabo Delgado, onde a violência insurgente continua a afectar milhares de pessoas. Estes factores contribuíram para uma desaceleração da recuperação económica no 4º trimestre de 2024, afectando negativamente a criação de emprego, a atracção de investimento directo estrangeiro e a melhoria das condições de vida da população, o que gerou um cenário de incerteza social e económica no país.

Não obstante os eventos acima, verificamos que a economia Moçambicana se demonstrou resiliente. A nível nacional, e segundo dados do FMI, o desempenho real da economia Moçambicana evidencia um crescimento do PIB em cerca de 3,9%, sendo que este crescimento se deveu, maioritariamente, ao impacto dos sectores energético, mineiro e do gás natural (sobretudo na bacia do Rovuma).

CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)



A taxa de câmbio USD / MT manteve-se estável durante todo o ano em cerca de 63,89. Por sua vez, o MT valorizou cerca de 5,2% face ao EUR, continuando a reflectir o comportamento de desvalorização do EUR face ao USD. Relativamente à taxa de câmbio com o país vizinho, África do Sul, verificamos que o MT valorizou ligeiramente cerca de 3,2% face o ZAR.

Ao nível das contas públicas de Moçambique, as dificuldades orçamentais e estruturais mantiveram-se presentes em 2024: após o observado em 2023, o Tesouro continuou a registar alguns atrasos no pagamento de salários aos funcionários públicos, no pagamento a fornecedores de bens e serviços, e no serviço da dívida pública interna. Os atrasos pontuais verificados no pagamento de cupões e reembolso de Obrigações do Tesouro durante o ano de 2024, a elevada concentração de dívida pública a maturar em 2025 e o actual contexto de incerteza e instabilidade social e política no país, foram três dos factores que mais contribuíram para que as principais agências internacionais de notação financeira tenham comunicado uma descida do *rating* de Moçambique, tendo a

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

agência S&P – Standard & Poors aplicado uma descida do **rating** de Moçambique para responsabilidades em moeda local de “CCC+/C” para “CCC/C”.

De destacar também a ocorrência de alguns fenómenos climáticos extremos no país durante o final do ano: o ciclone tropical Chido atingiu a costa Moçambicana a 15 de Dezembro de 2024. Este ciclone trouxe ventos intensos e chuvas fortes a Moçambique, afectando particularmente as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, tendo causado pelo menos 120 mortos, e afectado mais de 687 mil pessoas e 116 hectares de terrenos agrícolas (de acordo com os dados mais recentes divulgados pelo INGD – Instituto Nacional de Gestão de Desastres). Em Janeiro de 2025 o país foi assolado pelo ciclone Dikeledi, que afectou sobretudo a região Norte de Moçambique, novamente com maior impacto nas províncias que foram mais fustigadas pelo ciclone Chido. Os fenómenos climáticos mantêm-se assim uma vez mais como um dos principais obstáculos na melhoria das condições económicas e sociais da população moçambicana que habita no Norte do país, sendo crucial que se procurem soluções para endereçar o problema e adoptem medidas para mitigar os seus impactos e para apoiar a população e estimular o crescimento económico e social na região.

Perante esta conjuntura desafiante observada em 2024, e não obstante os desafios esperados para 2025, o Conselho de Administração do Futuro Mcb considera que o modelo de negócio em vigor, e as principais áreas de negócio se apresentam como sólidas, e resilientes.



05.

PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, na sua reunião realizada no dia 15 de Abril de 2025 deliberou, por unanimidade de votos, a aprovação sem reservas das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024, auditadas pela PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada.

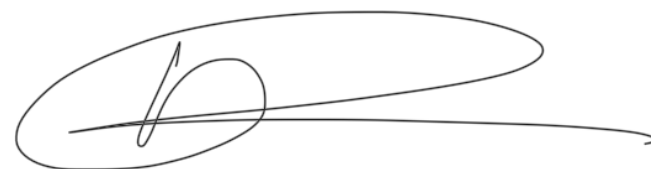
O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de MT 8.064.954 seja aplicado do seguinte modo:

- 30% (no montante de MT 2.419.486,2) para a conta de Reserva Legal
- 70% (no montante de MT 5.645.467,8) para a conta de Resultados Transitados

O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, agradece a todos os Clientes pela confiança depositada no Futuro, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2024 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

Os Administradores,

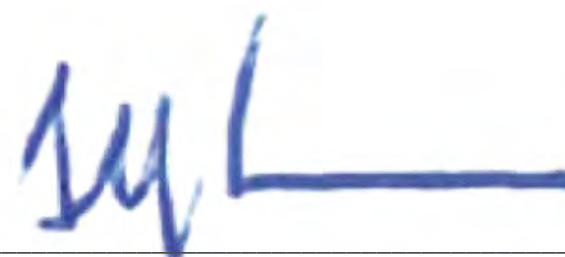
Nampula, aos 15 de Abril de 2025



Pierre Alexandre Strauss
Presidente do Conselho de Administração



Mirko Manzoni
Administrador Independente



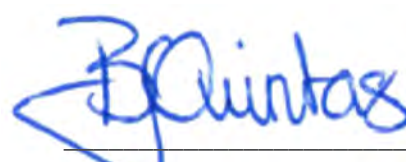
Israel Muchena
Administrador



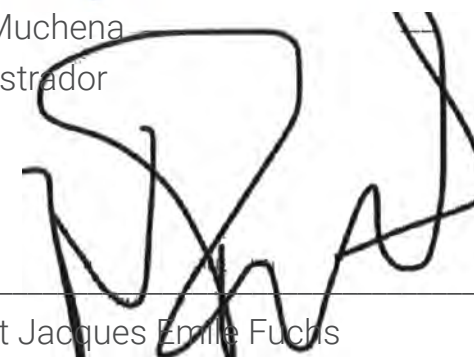
Klaus Maurer
Administrador



Eduardo A. Lucchesi Reis
Administrador Delegado



Bruna Michael Dias Gomes Quintas
Administradora



Norbert Jacques Emile Fuchs
Administrador



Ilaria Dali
Administradora



06.

RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

6. Relatório do Auditor Independente

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Futuro, MCB, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro, MCB, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Futuro, MCB, S.A., apresentadas nas páginas 34 a 69, que compreendem:

- a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração das variações em capital próprio para o exercício então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) *do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório e Contas 2024". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 - NUIIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Futuro, MCB, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro, MCB, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Futuro, MCB, S.A., apresentadas nas páginas 34 a 69, que compreendem:

- a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração das variações em capital próprio para o exercício então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) *do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório e Contas 2024". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 - NUIIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras



- Concluímos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Resistência nº 2011/CCAC/CCAM/2014, representada por:



AM/2014

Maputo, 23 de Abril de 2025



07.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

1. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2024

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	NOTAS	2024	2023
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	15 665 774	16 024 113
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	14 574 424	5 282 674
Aplicações em Instituições de Crédito	9	55 519 250	55 000 000
Empréstimos e adiantamento a clientes	10	161 581 350	196 882 638
Outros activos	11	14 149 629	10 764 869
Activos tangíveis e activo de Direito de Uso	12	17 003 987	15 861 659
Activos intangíveis		362 243	421 180
Total de activos		278 856 657	300 237 133
Passivos			
Depósitos de clientes	14	34 679 156	31 519 052
Empréstimos	15	96 114 753	133 937 129
Outros passivos	16	2 953 848	997 809
Credores e outros recursos	17	17 786 027	13 403 107
Imposto a pagar	28	2 454 755	3 576 872
Total de passivos		153 988 539	183 433 969
Capital próprio			
Capital	18	131 582 500	131 582 500
Reserva Legal	19	5 073 550	3 557 649
Resultados transitados		(19 852 886)	(23 389 989)
Resultado do exercício		8 064 954	5 053 004
Total de capital próprio		124 868 118	116 803 164
Total de passivos e de capital próprio		278 856 657	300 237 133

Nazir Ismail

Técnico de contas

Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

2. Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2024	2023
Juros e rendimentos similares	20	84 060 605	83 315 022
Juros e encargos similares	20	(10 099 451)	(12 613 377)
Margem financeira		73 961 154	70 701 645
Rendimentos de serviços e comissões	21	9 260 206	10 408 438
Encargos com serviços e comissões	21	(2 715 026)	(3 376 924)
Serviços e comissões líquidas		6 545 180	7 031 514
Operações financeiras líquidas	22	(53 089)	682 809
Outros rendimentos operacionais	23	40 001 779	18 916 506
Rendimentos Operacionais		120 455 024	97 332 474
Imparidade líquida do exercício	24	(17 997 182)	(11 150 880)
Rendimentos Operacionais Líquidos		102 457 842	86 181 594
Gastos com pessoal	25	(51 316 888)	(47 333 280)
Outros gastos administrativos	26	(32 282 087)	(24 647 843)
Outros gastos operacionais	27	(1 121 264)	(298 935)
Depreciações e amortizações	12 e 13	(4 280 887)	(4 871 660)
Total de Custos Operacionais		(89 001 126)	(77 151 718)
Lucro antes de impostos		13 456 716	9 029 876
Imposto corrente	28	(5 391 762)	(3 976 872)
Total do resultado integral do exercício		8 064 954	5 053 004

Nazir Ismail

Técnico de contas

Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

3. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2024

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMISSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESERVA LEGAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 1 de Janeiro de 2023	107 800 000	23 782 500	(31 691 170)	-	11 858 831	111 750 161
Aplicação do exercício anterior	-	-	8 301 182	3 557 649	(11 858 831)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	5 053 004	5 053 004
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	107 800 000	23 782 500	(23 389 989)	3 557 649	5 053 004	116 803 164
Aplicação do exercício anterior	-	-	3 537 103	1 515 901	(5 053 004)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	8 064 954	8 064 954
Saldo a 31 de Dezembro 2024	107 800 000	23 782 500	(19 852 886)	5 073 550	8 064 954	124 968 118

Nazir Ismail
Técnico de contas

Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

4. Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTA	2024	2023
Actividades Operacionais			
Juros, comissões, trading de moeda e outros rendimentos recebidos		93 664 089	95 562 916
Juros, comissões e outros gastos pagos		(11 593 668)	(14 500 220)
Encargos com juros sobre locações		(1 220 808)	(1 490 081)
Pagamento a empregados e fornecedores		(85 946 514)	(72 461 574)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		(5 096 901)	7 111 041
Diminuições / (aumento) em:			
Disponibilidades e Aplicações em intuições de crédito		(519 250)	(51 394 009)
Créditos a clientes		17 456 443	(40 389 926)
Outros activos		4 059 738	(4 158 694)
Activos / Passivos por impostos correntes		(2 537 007)	0
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais		18 459 924	(95 942 629)
(Diminuições) / Aumento em:			
Recursos de Clientes		3 160 104	4 864 999
Outros Passivos e Credores		4 294 632	(3 232 155)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		7 454 736	1 632 844
Fluxo líquido das Actividades operacionais		20 817 759	(87 198 744)
Actividades de Investimento			
Aquisições de Activos Tangíveis e Intangíveis		(6 797 422)	(4 472 097)
Alienação de activos tangíveis e activos intangíveis		230 689	0
Fluxo líquido das actividades de investimento		(6 566 733)	(4 472 097)
Actividades Financiamento			
Pagamento de Passivos por Locação		(3 240 000)	(3 240 000)
Donativos		35 850 939	17 077 500
Empréstimos		(37 822 376)	85 905 969
Fluxo líquido das actividades de financiamento		(5 211 437)	99 743 469
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(53 089)	682 809
Aumento de caixa e seus equivalentes		8 986 500	8 072 628
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	21 306 787	12 551 350
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	30 240 198	21 306 787



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 35 a 68.

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

5. Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Futuro Mcb, S.A. é uma Instituição Financeira focada em microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017. O Futuro exerce a sua actividade com a autorização do Banco Central de Moçambique e recebe apoio do governo suíço através da Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC) para ajudar no crescimento do sector financeiro moçambicano em áreas rurais e urbanas.

O objectivo do Futuro é fornecer serviços financeiros de alta qualidade e adaptados às necessidades da população não bancarizada, em particular micro e pequenas empresas, na zona Norte de Moçambique. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e serão apresentadas para aprovação pelos accionistas.

A Direcção Executiva acredita que as demonstrações financeiras refletem com precisão a posição financeira e o desempenho do Futuro, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O objectivo diário do Futuro é promover o crescimento económico em Moçambique e apoiar famílias através do acesso a microcrédito simples e rápido.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Abril de 2025 e serão submetidas à aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral durante a 2ª quinzena do mês de Abril de 2025. Na opinião do Conselho de Administração estas demonstrações financeiras reflectem, de forma verdadeira e apropriada, as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

Princípio da continuidade

O Futuro apresenta um prejuízo acumulado de MT -19.852.886 com referência a 31 de Dezembro de 2024, tendo contudo registado um lucro no exercício no montante de MT 8.064.954. O Capital Social de 107.800.000 MT é superior ao mínimo exigido pelo Banco de Moçambique, e o rácio de solvabilidade é de 60,8%, acima do mínimo legalmente exigível.

Na avaliação do princípio da continuidade, o Conselho de Administração do Futuro analisou as perspectivas de rentabilidade e de liquidez do negócio, e não prevê qualquer situação de incumprimento com as suas responsabilidades nos próximos 12 meses. Deste modo, a avaliação da continuidade preparada pelo Conselho de Administração é positiva, não havendo conhecimento de incertezas relevantes que possam ameaçar a continuidade das operações do Futuro nos próximos 12 meses. Como resultado, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

2.2. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.2.1 Transacções em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os montantes divulgados nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical. Nesse contexto, a apresentação destas demonstrações financeiras é feita em Meticais, sendo que todos os montantes em moeda estrangeira são convertidos em Meticais.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional (Metic) utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transacções, bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data da posição financeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral do exercício, na rubrica de “Operações financeiras líquidas”.

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 31 de Dezembro foram as seguintes:

	2024	2023
USD	63,91	63,90

2.2.2 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

2.2.3 Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.2.4 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Futuro reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração do rendimento integral do exercício quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

v) Empréstimos de accionistas

Após o reconhecimento inicial os empréstimos e outros recursos de accionistas são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vii) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Futuro desconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo ou adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL (Perda de Crédito Esperada), a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando se observar:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI.

ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Futuro também desreconhece os activos financeiros se se observar a transferência do activo financeiro e a transferência se qualificar para o desreconhecimento.

O Futuro transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O Futuro retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

viii) Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ix) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Futuro obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. Estes rendimentos são obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

2.2.5 Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessária a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo histórico de perdas incorridas.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

Stage 1: Performing - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de “default” que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2: Under-performing - Os activos financeiros para os quais se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3: Non-performing - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

Por forma a garantir que a mensuração da imparidade dos activos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras seja adequada, transparente e alinhada com os princípios de práticas prudenciais e regulamentares, a mensuração da imparidade de crédito em vigor no Futuro baseia-se no modelo de Perda de Crédito Esperada (ECL), que é apurada do seguinte modo:

$$ECL = PD * LGD * EAD$$

Os parâmetros considerados na fórmula de cálculo acima definida podem ser definidos do seguinte modo:

- i. **Probabilidade de Default (PD)** – a **Probabilidade de Default** é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. **Loss Given Default (LGD)** – a **Loss Given Default**, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual

o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

- i. **Exposure at default (EAD)** – Exposure at default, ou exposição na maturidade, é o montante devido ao Banco por determinado cliente, no momento do incumprimento.

Metodologia de Cálculo da Perda de Crédito Esperada

Para efeitos do cálculo de cada parâmetro acima identificado, o Futuro tem em vigor a seguinte metodologia:

Probabilidade de Default (PD) – a probabilidade de incumprimento num determinado horizonte temporal é calculada considerando os estágios do crédito, que são coeficientes calibrados com dados históricos de incumprimento. A PD será definida com base na análise estatística de incumprimento dos clientes, considerando factores temporais, de risco sectoriais e históricos de atrasos. A PD será actualizada periodicamente para reflectir variações nas condições de mercado e no perfil de risco da carteira de crédito.

As características e os coeficientes de provisionamento de cada estágio encontram-se definidas do seguinte modo:

- **Stage 1:** Activos financeiros em que não houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. O coeficiente aplicado é de 30%. A perda esperada é medida para 12 meses.
- **Stage 2:** Activos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem indicação de perda de crédito incorrida. O coeficiente aplicado é de 100%. A perda esperada é medida para toda a vida do activo.

- **Stage 3:** Activos financeiros considerados inadimplentes. O coeficiente aplicado é de 100%. A perda esperada é reconhecida integralmente para a vida do activo, com redução do valor contabilístico e reconhecimento de juros sobre o valor líquido de imparidade.

Loss Given Default (LGD) – a Loss Given Default é calculada levando em consideração a taxa de recuperação histórica dos créditos em tribunal nos últimos cinco anos, tendo em consideração também o impacto de alguns indicadores macroeconómicos, nomeadamente (a) a taxa de câmbio do Metical face ao Dólar Americano, (b) a taxa de inflação anual associada ao IPC – Índice de Preços no Consumidor e (c) a taxa de juro do mercado interbancário de Moçambique (taxa MIMO). De notar que, para todos estes indicadores considerados no cálculo da LGD, a respectiva fonte considerada é a informação publicada pelo Banco de Moçambique.

Deste modo, a metodologia de cálculo do parâmetro LGD é a seguinte:

$$LGD = TR * CR$$

TR = Taxa de recuperação baseada no desempenho de recuperação em tribunal dos últimos 5 anos.
CR = Coeficiente de risco em relação aos indicadores Macroeconómicos.

$$CR = P1 * \frac{\text{cambio}}{\text{cambio}_{\text{max}}} + P2 * \frac{\text{inflação}}{\text{inflação}_{\text{max}}} + P3 * \frac{\text{taxajuro}}{\text{taxajuromax}}$$

P = Pesos (são calculados com indicadores com maior impacto no modelo de negócio do Futuro)
Cambio = Cambio médio corrente.
Cambio_{max} = Maior cambio médio nos últimos 5 anos.
Inflação = Inflação corrente.
Inflação_{max} = Maior inflação nos últimos 5 anos.
Taxajuro = Taxa de juro corrente.
Taxajuromax = Maior taxa de juro nos últimos 5 anos.

Exposure at Default (EAD) – a Exposure at Default corresponde ao valor da exposição ao risco no momento do incumprimento. A EAD considera o saldo devedor do principal do empréstimo e os juros até 90 dias após o vencimento, deduzido do valor do fundo de garantia. O valor da exposição será revisto periodicamente para assegurar que representa fielmente o risco real associado ao portfólio de crédito.

Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento do ECL – Expected Credit Loss (i.e. da perda por imparidade sobre activos financeiros) é feito mensalmente em cada data de reporte financeiro, reflectindo a actualização do modelo de cálculo de imparidades de crédito acima descrito.

2.2.6 Activos tangíveis e activos de direito de uso

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos sempre e quando representarem montantes significativos.

O Direito de Uso dos contratos de locação financeira (nos quais o Futuro se posiciona como locatário) são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira, sendo as respectivas depreciações apuradas de forma linear, durante o período / a duração do contrato de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais

dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da demonstração da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações contabilizadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O desreconhecimento de um activo tangível é efectuado quando ele é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento é incluído em “Outros rendimentos operacionais” (ou em “Outros gastos operacionais”) na demonstração do rendimento integral do período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

2.2.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transacções que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus activos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os

activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

2.2.8 Imparidade de activos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual o activo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.9 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Os prémios de emissão são contabilizados sempre que um accionista subscreve novas acções, a um preço superior do seu valor nominal. Como tal, os prémios de emissão

contabilizados correspondem à diferença entre o valor de subscrição pago pelos accionistas historicamente e o valor nominal das acções do Futuro à data da aquisição. Esta componente de Capital Social é apresentada separadamente na conta de capital próprio.

2.2.10 Impostos

a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores são estimados com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data da demonstração da posição financeira.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da demonstração da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial de goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

2.2.11 Locações

No momento de celebração de um novo contrato, o Futuro avalia se o mesmo é um contrato de locação, ou se contém uma locação (i.e. se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração).

Futuro como locatário

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de activos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efectuar

pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes. Esta contabilização encontra-se de acordo com o preconizado na NIRF 16.

Activos de direito de uso

O Futuro reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efectuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear ao longo da duração do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos, sendo geralmente automaticamente renováveis. Os contratos de locação em vigor são destinados a (i) aluguer da Agência e da Sede do Futuro e (ii) aluguer de armazém para equipamentos e bens.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Activos tangíveis e activos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de locação são descontados com base na taxa de juro anual associada (que corresponde à Prime Rate na data do contrato). Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos

com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acciona o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Demonstração da posição financeira na linha dos “Outros passivos”.

2.2.12 Donativos

O Futuro reconhece os donativos como proveitos diferidos na demonstração da posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é assim reconhecido em resultados quando a despesa associada ocorre. Deste modo, o ganho e / ou a perda é reconhecido(a) na demonstração do rendimento integral do exercício numa base sistemática de acordo com as condições subjacentes aos donativos. Caso não existam condições contratuais subjacentes aos donativos recebidos, os proveitos são reconhecidos no momento de recebimento dos donativos.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a divergir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco signifi-

ficativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.5) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Impostos sobre lucros (IRPC)

O Futuro encontra-se sujeito ao apuramento de impostos sobre lucros de cada exercício (ver nota 28 – Imposto sobre o rendimento). Por forma a determinar o montante global de impostos sobre os lucros (IRPC) torna-se necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Dado que existem diversas transacções, cálculos e pressupostos subjacentes à determinação dos impostos a pagar, o montante de imposto apurado em cada exercício figura como uma estimativa contabilística.

Os impostos diferidos activos apenas são contabilizados na medida em que existem perspectivas de recuperação dos mesmos por via de lucros fiscais dentro do horizonte definido legalmente de 5 anos. Nos casos em que a Gestão não considera a existência de lucros fiscais futuros dentro desse horizonte, que permita a recuperação dos montantes de activos por impostos diferidos a reconhecer, os mesmos não serão reconhecidos, em linha com o previsto na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável preparado anualmente pelo Banco durante um período de cinco anos, após a conclusão do respectivo exercício. Desta forma, é possível que se observem correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. De salientar que, pelas sua reduzida probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na Demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2024	2023
Caixa e disponibilidades	7	15 665 774	16 024 113
Depósitos Bancários	8	14 574 424	5 282 674
		30 240 198	21 306 787

5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas à data de emissão das demonstrações financeiras, são as descritas abaixo. Não é expectável que estas alterações às normas IFRS aplicáveis (que entrarão em vigor a partir das respectivas datas efectivas) impactem materialmente as demonstrações financeiras.

- *Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade (1 de Janeiro de 2025);*
- *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (1 de Janeiro de 2026);*
- *Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis (1 de Janeiro de 2026);*

- *Melhorias anuais às IFRS (Volume 11) - (1 de Janeiro de 2026);*

- *IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras (1 de Janeiro de 2027);*

- *IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações (1 de Janeiro de 2027).*

A Administração do Futuro não espera que a adopção desses pronunciamentos venha a ter um impacto material nos resultados, situação financeira e fluxos de caixa futuros.

6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

As políticas contabilísticas adoptadas no presente exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. As normas e interpretações que foram emitidas, e que se encontram efectivas desde 01 de Janeiro de 2024, são as descritas abaixo.

Estas alterações às normas IFRS aplicáveis (que entraram em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2024) são as seguintes:

- *Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como correntes e não correntes e Passivos não correntes com covenants;*
- *Alterações à IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores;*
- *Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação.*

Importa salientar que as alterações acima listadas não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Futuro com referência a 31 de Dezembro de 2024.

7. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, a decomposição da rubrica de Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais é como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	2024	2023
Caixa moeda nacional	435 532	1 130 116
Caixa moeda estrangeira	634 577	651 908
Disponibilidades no Banco de Moçambique	14 595 665	14 242 089
	15 665 774	16 024 113

Os montantes em Caixa (em moeda nacional e em moeda estrangeira) correspondem aos montantes disponíveis na tesouraria para fazer face aos desembolsos e levantamentos de clientes. As disponibilidades no Banco de Moçambique correspondem às Reservas Mínimas Obrigatórias, apurada com base no saldo total dos Depósitos de clientes.

A estabilidade observada em 2024 (quando comparado com 2023) resulta do facto de que, após aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias comunicado pelo Banco de Moçambique em 2023, em 2024 as mesmas mantiveram em 39,0% (para os depósitos denominados em moeda nacional) e 39,5% (para os depósitos denominados em moeda estrangeira) ao longo de todo o exercício.

8. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, a decomposição da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2024	2023
Moeda nacional	12 735 303	5 280 855
Moeda estrangeira	1 839 121	1 819
	14 574 424	5 282 674

O saldo da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas do Futuro junto de outros Bancos, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Standard Bank, bem como M-Pesa (serviço financeiro móvel). O saldo apresentado reflete a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em moeda funcional.

9. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, a decomposição da rubrica de aplicações em instituições de crédito é como segue:

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2024	2023
Depósitos a prazo – Standard Bank	600 000	600 000
Depósitos a prazo – Millennium BIM	54 919 250	54 400 000
	55 519 250	55 000 000

O depósito a prazo constituído junto do Standard Bank corresponde a um depósito em moeda nacional, mobilizado anualmente conforme observado em 2023 (e historicamente). O depósito a prazo constituído junto do Millennium BIM corresponde a um depósito em moeda estrangeira (USD), no montante de cerca de USD 850.000, tendo o mesmo sido convertido para moeda nacional com base no câmbio à data de 31 de Dezembro de 2024. Este depósito a prazo foi constituído pela gestão com vista a cobrir 50% da exposição do recurso contraído junto do IFAD, em 2023, no montante de USD 1.700.000, conforme detalhado na nota 15.

Os juros gerados por estes depósitos a prazo são devidamente contabilizados na Margem Financeira, na rubrica de Juros e rendimentos similares.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 31 de Dezembro de 2024, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A CLIENTES	2024	2023
Empréstimos a clientes	185 357 425	206 929 775
Juros a receber	3 071 636	6 759 261
Exposição Bruta	188 429 061	213 689 036
Imparidade Acumulada	(26 847 711)	(16 806 398)
	161 581 350	196 882 638

A redução de MT -35.301.289 observada na rubrica de Empréstimos e adiantamentos a clientes durante o ano de 2024 deve-se sobretudo a dois efeitos: (i) redução de MT -25.259.976 no montante de Exposição Bruta, em resultado do reembolso parcial de créditos em carteira durante o exercício e das dificuldades na concessão de novos créditos em resultado do contexto social e político pós-eleições Presidenciais observado no País; e (ii) reforço da imparidade acumulada em cerca de MT -10.041.313, em resultado de alguma degradação observada na qualidade da carteira de crédito durante o exercício (em consequência dos impactos económicos do contexto observado), bem como em revisão da metodologia de cálculo da LGD – Loss Given Default, conforme detalhado na nota 24..

O movimento da imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	2024	2023
Saldo de abertura a 1 de Janeiro	16 806 398	11 033 765
Imparidade do exercício	17 997 182	11 150 880
Créditos abatidos	(7 955 869)	(5 378 247)
Saldo a 31 de Dezembro	26 847 711	16 806 398

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	TOTAL
Quantia escriturada a 1 de Janeiro	4 764 005	915 454	11 126 939	16 806 398
Stage 1				
Transferências de estágio 2 para 1	995	(995)	-	-
Transferências de estágio 3 para 1	-	-	-	-
Stage 2				
Transferências de estágio 1 para 2	(619 999)	619 999	-	-
Transferências de estágio 3 para 2	-	-	-	-
Stage 3				
Transferências de estágio 1 para 3	(7 498 483)	-	7 498 483	-
Transferências de estágio 2 para 3	-	(1 361 454)	1 361 455	-
Créditos abatidos	-	-	(7 955 869)	(7 955 869)
Aumento / (reversões) de imparidade	6 378 397	1 595 165	10 023 620	17 997 182
Saldo final a 31 de Dezembro 2024	3 024 915	1 768 169	22 054 627	26 847 711

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas num período de 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), conforme explicado na nota 2.2.5.

11. Outros activos

O detalhe dos outros activos em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

OUTROS ACTIVOS	2024	2023
Devedores e outras aplicações	3 651 112	1 897 201
Despesas com encargo diferido	3 295 885	5 780 942
Activos recebidos em dação	7 202 632	3 086 726
	14 149 629	10 764 869

Na rubrica Devedores e outras aplicações encontram-se registados sobretudo montantes relativos a comissões de seguros a receber da Hollard de MT 2.907.132. Adicionalmente, a rubrica contabiliza juros corridos / diferidos sobre os depósitos a prazo no Standard Bank e no Millennium BIM de MT 507.925, bem como outros saldos a receber da Hollard Moçambique.

As Despesas com encargo diferido são sobretudo compostas por custos com comissões administrativas sobre o empréstimo obtido junto ao IFAD (a serem reconhecidos mensalmente) no montante de MT 1.096.500 e outros montantes relativos a encargos de seguros (pagos anualmente) e a rendas relativas a contratos de locação financeira (pagas trimestralmente).

Os activos recebidos em dação são activos recebidos pelo Futuro em resultado da execução de garantias associadas a contratos de crédito que entraram em incumprimento, conforme acordado contratualmente no momento do reembolso. O saldo de 2024 é sobretudo composto por imóveis no montante de MT 1.642.396 e equipamento no montante de MT 5.560.236.

12. Activos tangíveis e Activos de direito de uso

Os movimentos registados em activos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	TERRENOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINIST	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Custo							
Saldo a 01 de Janeiro 2023	1 094 054	-	3 429 229	7 684 606	5 351 137	15 378 578	32 937 604
Adições	348 912	-	1 445 841	518 842	2 095 580	62 922	4 472 097
Abates	-	-	(269 890)	(563 702)	(38 500)	-	(872 092)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	1 442 966	-	4 605 180	7 639 746	7 408 217	15 441 500	36 537 609
Adições	87 765	1 300 000	235 492	2 099 798	2 997 080	-	6 720 135
Abates	-	-	(733 945)	(1 279 300)	(1 757 860)	(840 984)	(4 612 089)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2024	1 530 731	1 300 000	4 106 727	8 460 244	8 647 437	14 600 516	38 645 655

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	TERRENOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINIST	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Amortizações							
Saldo a 01 de Janeiro 2023	(174 644)	-	(811 940)	(5 880 310)	(4 878 535)	(9 701 044)	(21 446 473)
Depreciações do exercício	-	-	88 795	520 264	24 063	137 402	770 524
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	(174 644)	-	(723 145)	(5 360 046)	(4 854 472)	(9 563 642)	(20 675 949)
Depreciações do exercício	(104 336)	-	(189 926)	(1 562 044)	(1 259 150)	(1 638 806)	(4 754 262)
Abates	-	-	145 506	1 584 789	2 048 337	9 911	3 788 543
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2024	(278 980)	-	(767 565)	(5 337 301)	(4 065 285)	(11 192 537)	(21 641 668)
Valor líquido contabilístico							
Saldo de Dezembro de 2023	1 268 322	-	3 882 035	2 279 700	2 553 745	5 877 858	15 861 660
Saldo de Dezembro de 2024	1 251 751	1 300 000	3 339 162	3 122 943	4 582 152	3 407 979	17 003 987

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com contratos de locação financeiras (i.e. Passivo de Locação), conforme incluído na nota 17 – Credores.

PASSIVO DE LOCAÇÃO	2024	2023
Saldo a 01 de Janeiro	8 528 974	10 278 893
Adições	(840 983)	-
Acréscimo de juros	1 220 808	1 490 081
Pagamentos	(3 240 000)	(3 240 000)
Em 31 Dezembro	5 668 799	8 528 974

O cálculo do passivo de locação é feito de acordo com a política contabilística divulgada na secção 2.2.7. As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 33.b.

13. Activos Intangíveis

O saldo dos Activos Intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (*software*) adquirido para as actividades do Futuro.

Os movimentos registados na rubrica Activos intangíveis foram como se segue:

	SOFTWARE	TOTAL
Activo Bruto		
Saldo a 01 de Janeiro de 2023	471 910	471 910
Adições	162 361	162 361
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	634 271	634 271
Adições	77 285	77 285
Saldo a 31 de Dezembro 2024	711 556	711 556

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

	SOFTWARE	TOTAL
Amortizações acumuladas		
Saldo a 01 de Janeiro de 2023	(135 761)	(135 761)
Amortizações do exercício	(79 030)	(79 030)
Abates	1 700	1 700
SALDO A 31 DE DEZEMBRO 2023	(213 091)	(213 091)
Amortizações do exercício	(164 971)	(164 971)
Abates	28 749	28 749
Saldo a 31 de Dezembro 2024	(349 313)	(349 313)
Valor líquido contabilístico (VLC)		
Saldo a 31 de Dezembro 2023	421 180	421 180
Saldo a 31 de Dezembro 2023	362 243	362 243

O Futuro regista nesta rubrica o *software* e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

No que concerne ao tempo vida útil dos activos, foram aplicáveis as seguintes:

TIPOLOGIA DE ACTIVOS	ANOS DE VIDA UTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

14. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos obrigatórios que são fundos de garantia depositados por clientes com empréstimos e depósitos voluntários de clientes para poupança. Estes depósitos requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2023 o saldo apresenta-se como segue:

DEPÓSITOS DE CLIENTES	2024	2023
Depósitos à ordem obrigatórios	27 777 439	25 107 039
Depósitos à ordem voluntários	6 901 717	6 412 013
	34 679 156	31 519 052

15. Empréstimos

A rubrica de empréstimos apresenta o capital e os juros que o Futuro tem a pagar ao seu credores, em virtude de empréstimos contraídos.

EMPRÉSTIMOS DE ACCIONISTAS	2024	2023
Empréstimo Hollard (capital e juros)	-	2 220 243
Empréstimo IFAD - capital	94 875 000	107 525 000
Empréstimo IFAD – juros	1 239 753	1 085 980
Empréstimo IFAD – comissão p/n desembolso	-	19 373
Empréstimo Millennium BIM (capital e juros)	-	23 086 532
	96 114 753	133 937 129

Durante o ano de 2024 o Futuro liquidou na totalidade os juros a liquidar sobre o empréstimo com a Hollard Moçambique (accionista), no montante de MT 2.220.243. Estes juros, contabilizados a 31 de Dezembro de 2023, incidiam sobre o empréstimo da Hollard contraído no passado, no montante de MT 45.000.000, tendo esse montante de capital já sido liquidado na totalidade no exercício de 2024.

Verificamos ainda que, durante o ano de 2024, o Futuro liquidou na totalidade o empréstimo contraído em 2023, junto do Millennium BIM, que correspondia a uma linha de crédito até ao montante de MT 52.500.000 (da qual o Futuro apenas utilizou o montante de MT 23.086.532, conforme detalhado na tabela acima).

16. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	2024	2023
Acréscimos de gastos	2 953 848	997 809
	2 953 848	997 809

Os acréscimos de gastos referem-se, essencialmente, a acréscimos de custos relacionados com a rubrica de pessoal (bónus, indemnizações), e serviços de auditoria.

O aumento de MT +1.956.039 observado durante o ano de 2024 resulta sobretudo do aumento de custos a pagar associados a (i) serviços de Auditoria, no montante de MT +1.036.774; e (ii) montantes a pagar a colaboradores, no valor de MT +725.383.

17. Credores

O detalhe dos credores em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

CREDORES	2024	2023
Fundo de Garantia – Parceiros (Helvetas)	8 454 934	-
Passivos de locação financeira	5 668 799	8 528 974
Impostos	1 090 555	766 499
Cartão de crédito	33 320	16 189
Outros credores	2 538 419	4 091 445
	17 786 027	13 403 107

Nos Passivos de locação financeira encontram-se registados os montantes relacionados com a IFRS 16, renda de imóveis – escritório e armazém juntamente com os respectivos juros.

Os impostos contemplam as contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), bem como os impostos de rendimento relativos ao mês de Dezembro de 2024, a serem pagos ao Estado no mês de Janeiro de 2025.

A rubrica de Outros credores contabiliza sobretudo a obrigação de pagamento de prémios de seguros a Hollard, serviços de consultoria de TI, bem como fornecedores diversos. A redução observada no ano de 2024 (quando comparado com 2023) resulta sobretudo do pagamento de cerca de MT -1.870.293 relativo a custos com Consultoria resultantes da implementação do Plano Estratégico em vigor.

18. Capital social

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

ACCIONISTAS	N.º ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%	68 600 000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37 800 000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700 000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700 000
Total	154	100,00%	107 800 000

Em 2024, o capital social do Futuro manteve-se em MT 107.800.000, sendo a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique o accionista maioritário com 63.64% de participação no capital, Hollard Moçambique Companhia de Seguros com 35.06% constituída no ano de 2020 e Futuro Mcb, S.A. e Eduardo A. Lucchesi Reis com o mesmo número de acções. A este montante, e por forma a totalizar o Capital Social, acresce o Prémio de Emissão no montante de MT 23.782.500, conforme detalhado na Demonstração das variações de capital próprio. Este prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição pago pela Hollard, e o valor nominal das acções do Futuro, no ano de 2020 (ano em que a Hollard entrou na estrutura accionista).

19. Reserva Legal

Nos termos da Legislação em vigor em Moçambique, nomeadamente da Lei n.º 20/20 - Instituições de Crédito, o Futuro deverá reforçar anualmente a Reserva Legal em 30% dos lucros líquidos anuais, até que o montante na Reserva Legal atinja o montante do Capital Social.

Posteriormente, após o montante na Reserva Legal ser igual (ou superior) ao Capital Social, deverá ser alocada anualmente uma percentagem de 15% do lucros líquidos anuais a esta Reserva.

RESERVAS	2024	2023
Reserva Legal	5 073 550	3 557 649
	5 073 550	3 557 649

O aumento observado em 2024 na rubrica de Reserva Legal, no montante de MT +1.515.901, corresponde a 30% dos lucros obtidos no exercício anterior (de 2023), que ascenderam a MT 5.053.004.

20. Margem financeira

O detalhe da margem financeira é conforme se segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2024	2023
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	82 544 143	83 124 239
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 516 462	190 783
	84 060 605	83 315 022

JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2024	2023
Juros sobre passivos com locação financeira	(1 220 808)	(1 490 080)
Juros sobre empréstimos	(8 878 643)	(11 123 297)
	(10 099 451)	(12 613 377)

Os Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentaram, no exercício de 2024, uma tendência de estabilidade face ao observado em 2023, que reflecte sobretudo o efeito dos níveis de taxas de juro praticadas, que permitiram mitigar a contracção da carteira de crédito a clientes (ver nota 10).

Por sua vez, a redução de MT -2.513.926 (-19,9%) observada nos Juros sobre empréstimos resulta sobretudo da liquidação de Empréstimos em Passivo, nomeadamente por via da liquidação integral do empréstimo contraído junto do Millennium BIM (ver nota 15).

21. Serviços e comissões líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	2024	2023
Rendimentos de serviços e comissões	6 860 940	8 384 688
Rendimentos de comissões sobre atrasos	2 399 266	2 023 750
	9 260 206	10 408 438
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	2024	2023
Encargos com serviços e comissões	(2 715 026)	(3 376 924)
	(2 715 026)	(3 376 924)
Serviços e Comissões Líquidas	6 545 180	7 031 514

Os Rendimentos de serviços e comissões registaram uma redução de -11,0%, sendo a mesma justificada parcialmente pela redução do volume de negócio e da carteira de crédito do Futuro. Adicionalmente, verificamos que, após revisão do preçário realizada em 2023, no presente exercício de 2024 as comissões administrativas anuais de crédito mantiveram-se em 3%.

Os Encargos com serviços e comissões registaram uma redução de -19,6% sobretudo por conta da redução das comissões administrativas do empréstimo obtido junto ao IFAD.

22. Operações financeiras líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2024 o detalhe desta rubrica foi como segue:

OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS	2024	2023
Ganhos em operações cambiais	403 827	705 254
Perdas em operações cambiais	(456 916)	(22 445)
	(53 089)	682 809

As Operações financeiras líquidas contabilizam essencialmente os ganhos e perdas resultantes de reavaliações cambiais. O Futuro apresenta apenas alguns saldos em moeda estrangeira, sendo os mesmos sobretudo relativos a operações denominadas em Dólar Americano (USD).

A redução de MT -735.898 observada durante o ano de 2024 nas Operações financeiras líquidas resulta sobretudo do efeito conjunto da estabilidade de operações activas em USD (sobretudo da aplicação de USD 850.000 constituída em 2023, conforme detalhado na nota 9), bem como da maior estabilidade do USD face ao MT observada no presente exercício.

23. Outros rendimentos operacionais

Na data de elaboração das presentes demonstrações, os detalhes da rubrica Outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2024	2023
Outros ganhos e rendimentos operacionais	4 150 840	1 839 006
Donativos	35 850 939	17 077 500
	40 001 779	18 916 506

Outros ganhos e rendimentos operacionais correspondem sobretudo à recuperação de créditos abatidos e a comissões de seguros provenientes da Hollard Moçambique. O au-

mento de MT 2.311.834 (+125,7%) observado nesta rubrica é essencialmente justificado pelo aumento de MT 1.348.318 observado nas comissões de seguros provenientes da Hollard Moçambique.

O montante de MT 35.850.939 em Donativos resulta sobretudo de um donativo feito pela Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC) em 2024, no âmbito do apoio concedido ao Futuro para apoiar desenvolvimento e capacitação dos recursos e processos internos da Instituição, com vista a possibilitar o crescimento do negócio e os objectivos definidos no Plano Estratégico em vigor até 2027. O montante recebido por via deste donativo corresponde a USD 510.000 (MT 32.267.700), sendo destinado a Assistência Técnica para desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos do Futuro.

24. Imparidade líquida do exercício

A rubrica de imparidade para o exercício findo 31 de Dezembro de 2024 teve o seguinte movimento:

IMPARIDADE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2024	2023
Créditos vivos	(15 569 083)	(4 754 984)
Créditos vencidos	(2 428 099)	(6 395 896)
	(17 997 182)	(11 150 880)

O aumento de cerca de MT 6.846.302 (+61,4%) observado na imparidade líquida do exercício em 2024 (quando comparado com 2023) resulta sobretudo do aumento da imparidade sobre crédito vencido (i.e. em stage 3), conforme detalhado na nota 10. Durante o ano de 2024, no âmbito do processo anual de revisão dos parâmetros do Modelo de Imparidade em vigor, foi actualizada a fórmula de cálculo da LGD – Loss Given Default, de forma a otimizar a abordagem de cálculo de imparidade e refletir melhor as actuais

condições macro e micro económicas. Deste modo, o parâmetro foi actualizado por forma a ter em consideração a taxa de recuperação histórica dos créditos em tribunal nos últimos cinco anos associado ao impacto dos indicadores macroeconómicos, nomeadamente, câmbio pelo dólar, inflação pelo IPC e taxa de juro pela MIMO (parâmetros publicados pelo Banco de Moçambique).

25. Gastos com pessoal

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2024	2023
Remuneração dos colaboradores e gestores	(49 598 347)	(45 576 977)
Encargos sociais obrigatórios	(1 490 193)	(1 289 446)
Outros gastos com pessoal	(228 348)	(466 857)
	(51 316 888)	(47 333 280)

Com referência a 31 de Dezembro de 2024 o Futuro conta com um total de 86 colaboradores. O número médio de colaboradores durante o exercício de 2023 é de 85 (versus 83 em 2023).

A Remuneração dos colaboradores e gestores registou em 2024 um crescimento de 8,8% (quando comparado com 2023), sobretudo em resultado da contratação de alguns Directores de 1ª linha, por forma a potenciar atingir o crescimento previsto no Plano Estratégico aprovado (e em vigor) até 2027.

Os Encargos sociais obrigatórios correspondem à percentagem de cerca de 4% sobre a remuneração bruta dos colaboradores, a ser contabilizada pelo Futuro como custo

com segurança social (custo pago mensalmente, no mês seguinte ao mês em que é incorrido). Deste modo, o aumento observado encontra-se em linha com o aumento da Remuneração dos colaboradores e gestores.

A rubrica “Outros gastos com pessoal” corresponde a 1% do salário anual bruto dos colaboradores que beneficiaram da assistência social e a outros gastos relacionados com o pessoal, nomeadamente subsídio de instalação e outros subsídios de trabalho.

26. Outros gastos administrativos

No período findo em 31 de Dezembro de 2024, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	2024	2023
Serviços de consultoria	(6 910 105)	(4 075 189)
Rendas e alugueres	(647 548)	(612 032)
Despesas com auditorias	(1 900 868)	(561 300)
Despesas de deslocação e representação	(5 397 314)	(4 503 183)
Seguros	(2 355 428)	(1 921 548)
Comunicação	(2 177 291)	(1 982 769)
Manutenção e reparação	(1 536 011)	(1 066 090)
Marketing e publicidade	(329 163)	(509 812)
Judiciais e notariado	(2 884 343)	(1 216 043)
Material de escritório	(736 354)	(643 577)
Água e energia	(1 309 591)	(1 200 957)
Combustíveis e lubrificantes	(461 005)	(475 411)
Outras despesas	(5 637 066)	(5 879 932)
	(32 282 087)	(24 647 843)

A rubrica Outras despesas corresponde sobretudo a custos com formação de pessoal (no montante de MT 1.273.265), custos com aquisição de materiais e serviços de limpeza (MT 663.032) e serviços de segurança (no montante de MT 1.460.859) e outros custos administrativos (no montante de MT 2.239.910). Encontram-se ainda contabilizados alguns custos adicionais com outros serviços especializados (nomeadamente com Consultoria Fiscal).

27. Outros gastos operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	2024	2023
Outros ganhos/(perdas)	(498 116)	(201 902)
Outros impostos	(623 148)	(97 033)
	(1 121 264)	(298 935)

A rubrica de Outras perdas contabiliza as quotas pagas à Associação Moçambicana de Operadores de Micro finanças (AMOMIF), no montante de cerca de MT 12.000. Em adição, contabiliza perdas incorridas no presente exercício sobre activos recebidos em dação no montante de MT 478.116.

A rubrica de Outros impostos contabiliza o valor do imposto de selo proveniente da selagem de contratos de prestação de serviços e imposto de selo bancário.

28. Imposto sobre o rendimento

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro contabilístico e fiscal:

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO IMPOSTO	2024	2023
Lucro / (Prejuízo) antes de impostos	13 456 716	9 029 876
(Proveitos não tributados) / Custos não aceites fiscalmente	3 392 540	3 569 993
Lucro / (Prejuízo) fiscal	16 849 257	12 599 869
Prejuízos fiscais deduzidos	-	(172 143)
Matéria Colectável	16 849 257	12 427 726
IRPC à taxa normal (32%)	5 391 762	3 976 872
Pagamentos por Conta	(2 937 007)	(400 000)
IRPC a pagar	2 454 755	3 576 872

No ano de 2024 o Futuro encontra-se num cenário de resultado fiscal positivo. Esta realidade resulta sobretudo do donativo recebido do accionista maioritário (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique). Apesar da existência do Acordo Internacional de Cooperação celebrado entre o Governo de Moçambique e o Governo da Confederação Suíça, aprovado pelo Conselho de Ministros e ratificado por meio da Resolução n.º 6/2024, de 2 de Fevereiro, o Futuro optou por não considerar o donativo com isenção fiscal até a obtenção do parecer vinculativo da Autoridade Tributária.

29. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2024 (e em 31 de Dezembro de 2023), os saldos com as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo.

PARTES RELACIONADAS	2024	2023
Capital Social	107 800 000	107 800 000
Doações – Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC)	32 267 700	17 077 500
Juros de empréstimo de accionista (Hollard)	-	2 220 243
Contas a receber (Hollard)	2 959 179	1 075 832
Contas a pagar (Hollard)	(1 030 807)	(820 102)
Proveitos/encargos (Hollard)	1 849 245	500 927

30. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Futuro. Não obstante, o Conselho de Administração não auferiu nenhuma remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2024.

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

31. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

Activos Financeiros - 2024	Notas	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos não financeiros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	15 665 774	-	15 665 774
Disponibilidades em instituições de crédito	8	14 574 424	-	14 574 424
Aplicações em instituições de crédito	9	55 519 250	-	55 519 250
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	188 429 061	-	188 429 061
Outros activos	11	10 853 744	3 295 885	14 149 629
Total activos financeiros		285 042 253	3 295 885	288 338 138

Passivos Financeiro - 2024	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	TOTAL
Depósitos de clientes	14	(34 679 156)	-	(34 679 156)
Empréstimos	15	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros passivos / Credores	16 e 17	(2 953 848)	(17 786 02)	(20 739 875)
Total passivos financeiros		(133,747,757)	(17 786 02)	(151 533 784)

Activos Financeiros - 2023	Notas	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos não financeiros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	16 024 113	-	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	8	5 282 674	-	5 282 674
Aplicações em instituições de crédito	9	55 000 000	-	55 000 000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	213 689 047	-	213 689 047
Outros activos	11	4 983 927	5 780 942	10 764 869
Total activos financeiros		294 979 761	5 780 942	300 760 703

Passivos Financeiro - 2023	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	TOTAL
Depósitos de clientes	14	(31 519 052)	-	(31 519 052)
Empréstimos	15	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Outros passivos / Credores	16 e 17	(997 809)	(13 403 107)	(14 400 916)
Total passivos financeiros		(166 453 990)	(13 403 107)	(179 857 097)

b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem na sua demonstração de posição financeira nenhum instrumento financeiro mensurado pelo justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor (uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo).

32. Gestão de risco, objectivos e políticas

Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se, sendo actualmente uma das actividades diárias do Futuro, enquanto aspecto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objectivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo, Bancos e outras Instituições Financeiras e não Financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as actividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das actividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objectivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia na realização dos seus objectivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.

O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados como “controllers operacionais”. Estas equipas actuam como o elo de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como “Grupo” (grupos organizados) ou como “Individuais” (clientes empresários individuais).

Os controlos operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos colaboradores e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e actividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e
- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o Órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os colaboradores envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por colaboradores experientes e fidedignos con-

tribuinando para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

Exposição máxima ao risco de crédito por classes de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

As tabelas abaixo demonstram a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2024 (e em 31 de Dezembro de 2023), relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	2024	2023
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15 665 774	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	14 574 424	5 282 674
Aplicações em instituições de crédito	55 519 250	55 000 000
Empréstimo e adiantamento a clientes	188 429 061	213 689 047
Outros activos	10 853 744	4 983 927
Total do activo na demonstração da posição	285 042 253	294 979 761

Na tabela abaixo encontra-se detalhada a exposição máxima ao risco de crédito dos Empréstimos e adiantamentos a clientes com referência a 31 de Dezembro de 2024:

RISCO DE CRÉDITO	2024	2023
Crédito individual	151 980 488	156 148 730
Crédito em grupo	671 006	7 197 077
Créditos reestruturados	32 705 931	43 583 968
Especialização de juros	3 071 636	6 759 261
Total exposição bruta de crédito (nota 10)	188 429 061	213 689 036
Fundo de garantia	(27 777 439)	(25 107 039)
Outros de garantia (hipotecas)	(48 600 000)	(80 246 802)
Perdas de créditos esperadas (nota 10)	(26 847 711)	(16 806 398)
Elementos a deduzir ao risco de crédito	(103 225 150)	(122 160 239)
Exposição ao risco de crédito	85 203 911	(91 528 797)

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

QUALIDADE DO CREDITO	2024				2023	
	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	POCI	TOTAL	TOTAL
Crédito vivo	125 377 121	16 271 488	-	-	141 648 609	179 032 317
Não vencido	125 377 121	16 271 488	-	-	141 648 609	179 032 317
Em imparidade						
Crédito vencido	-	-	46 780 452	-	46 780 452	34 656 730
Em imparidade	-	-	46 780 452	-	46 780 452	34 656 730
Saldo final a 31 de Dezembro	125 377 121	16 271 488	46 780 452	-	188 429 061	213 689 047

Activos financeiros que não estão vencidos

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante, estando com um total de dias de atraso inferior a 90 dias.

Activos financeiros avaliados quanto à imparidade

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Incumprimentos contratuais, tais como o incumprimento das prestações acordadas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma reestruturação financeira;
- Desaparecimento de um mercado viável para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa Futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos (apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira), incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral;
- Se a outra parte entrar em incumprimento com qualquer condição do contrato.

Deste modo, o Futuro avalia inicialmente se existem indicadores objectivos de imparidade, que reflectam um incremento do risco de crédito, tendo em consideração os critérios acima descritos. Posteriormente, o cálculo da perda de crédito esperada (ECL – Expected Credit Loss) é feito em conformidade com o descrito na nota 2.2.5 – Imparidade de activos financeiros).

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Créditos abatidos ao activo

O Futuro estabelece, através de um custo que reduz o resultado do exercício, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspectiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos de recuperação tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recupera-

ções subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a actividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais.

Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração da posição financeira

2024	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	14,595,665	-	-	-	14,595,665
Financeiro	-	14 574 424	55 519 250	-	70 093 674
Outros sectores	-	-	-	188 429 061	188 429 061
	14,595,665	14 574 424	55 519 250	188 429 061	273,118,400

2023	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	14 242 089	-	-	-	14 242 089
Financeiro	-	5 282 674	55 000 000	-	60 282 674
Outros sectores	-	-	-	213 689 047	213 689 047
	14 242 089	5 282 674	55 000 000	213 689 047	288 213 810

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de activos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

Análise dos activos e passivos financeiros por maturidade contratual

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Futuro em 31 de Dezembro de 2024 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2023).

2024	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15 665 774	-	-	-	15 665 774
Disponibilidades em instituições de crédito	14 574 424	-	55 519 250	-	70 093 674
Crédito a clientes	2 847 828	34 272 689	53 129 329	98 179 215	188 429 061
Outros activos (juros especializados)	-	-	-	10 853 745	10 853 745
Total activos não descontados	33 088 026	34 272 689	108 648 579	109 032 960	285 042 254
Recursos de clientes	(6 901 717)	-	(27 777 439)	-	(34 679 156)
Empréstimos	-	-	-	(96 114 753)	(96 114 753)
Outros passivos	-	(2 953 848)	-	-	(2 953 848)
Total passivos não descontados	(6 901 717)	(2 953 848)	(27 777 439)	(96 114 753)	(133 747 757)
Total Líquido	26 186 309	31 818 841	80 871 140	12 918 207	151 294 497

2023	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16 024 113	-	-	-	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	5 282 674	-	55 000 000	-	60 282 674
Crédito a clientes	8 120 225	18 953 236	131 643 721	54 471 855	213 189 037
Outros activos (juros especializados)	-	-	-	4 983 927	4 983 927
Total activos não descontados	29 427 012	18 953 236	186 643 721	59 455 782	294 479 751
Recursos de clientes	(6 412 013)	-	(25 107 039)	-	(31 519 052)
Empréstimos	-	-	-	(133 937 129)	(133 937 129)
Outros passivos	-	-	(997 809)	-	(997 809)
Passivo de locação	-	(4 874 134)	(8 528 973)	-	(13 403 107)
Total passivos não descontados	(6 412 013)	(4 874 134)	(34 633 821)	(133 937 129)	(179 857 097)
Total Líquido	23 014 999	14 079 102	152 009 900	(74 481 347)	114 622 654

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros variem devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de variação das taxas de juro, sendo os mesmos controlados numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, o crédito a clientes e outros activos.

As tabelas seguintes resumem a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2024 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2023). Os activos e passivos incluídos nas tabelas abaixo encontram-se mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

RISCO DE MERCADO 2024	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos -		-	-	15 665 774	15 665 774
Disponibilidades em inst. de crédito -		55 519 250	-	14 574 424	70 093 674
Crédito a clientes	37 120 517	53 129 329	98 179 215	-	188 429 061
Outros activos	-	-	-	10 853 745	10 853 745
Total activos	37 120 517	108 648 579	98 179 215	41 093 943	285 042 254
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(34 679 156)	(34 679 156)
Empréstimos	-	-	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros passivos	-	-	-	(2 953 848)	(2 953 848)
Total passivos	-	-	(96 114 753)	(37 633 004)	(133 747 757)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	37 120 517	108 648 579	2 064 462	3 460 939	151 294 497

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

RISCO DE MERCADO 2024	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	16 024 113	16 024 113
Disponibilidades em inst. de crédito	-	55 000 000	-	5 282 674	60 282 674
Crédito a clientes	27 073 461	131 643 721	54 471 855	-	213 189 037
Outros activos	-	-	-	4 983 927	4 983 927
Total activos	27 073 461	186 643 721	54 471 855	26 290 714	294 479 751
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(26 654 053)	(26 654 053)
Empréstimos	-	-	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Proveitos diferidos	-	-	-	(4 864 999)	(4 864 999)
Outros passivos	-	-	-	(997 809)	(997 809)
Total passivos	0	0	(133 937 129)	(32 516 861)	(166 453 990)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	27 073 461	186 643 721	(79 465 274)	(6 226 147)	128 025 761

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2024 (e a 31 de Dezembro de 2023) é a seguinte:

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2024	+75 pb	+ 2 550 473
	-75 pb	- 2 550 473
2023	+75 pb	+ 932 593
	-75 pb	- 932 593

d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. Nas tabelas abaixo encontram-se detalhados os activos e passivos financeiros expostos a Risco Cambial com referência a 31 de Dezembro de 2024 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2023).

RISCO CAMBIAL 2024	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	14 487 520	634 513	15 122 033
Disponibilidades em instituições de crédito	15 174 424	54 320 901	69 495 325
Crédito a clientes	188 429 061	-	188 429 061
Outros activos	10 853 845	-	10 853 845
Total activos	228 944 850	54 955 414	283 900 264
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(34 679 156)	-	(34 679 156)
Empréstimos	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros Passivos	(2 931 932)	-	(2 931 932)
Total de passivos	(133 725 841)	-	(133 725 841)
Exposição líquida	95 219 009	54 955 414	150 174 423

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

RISCO CAMBIAL 2023	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	15 372 205	651 908	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	5 882 674	54 401 820	60 284 494
Crédito a clientes	213 689 047	-	213 689 047
Outros activos	4 983 927	-	4 983 927
Total activos	239 927 853	55 053 728	294 981 581
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(31 519 052)	-	(31 519 052)
Passivos de locação	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Outros passivos	(997 809)	-	(997 809)
Total de passivos	(166 453 990)	-	(166 453 990)
Exposição líquida	73 473 863	55 053 728	128 527 591

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração do rendimento integral do exercício (antes de imposto) é o mesmo que em capital.

	AUMENTO/ DIMINUIÇÃO P.P.	ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIOS DE USD	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2024	+75 pb	-0,05%	- 2 747 771
	-75 pb	0,05%	+ 2 747 771
2023	+75 pb	-0,05%	- 2 752 686
	-75 pb	0,05%	+ 2 752 686

e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

f. Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades; e
- Salvaguarde a capacidade do Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados.

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE	2024	2023
De base principal (Tier 1)	119,640.27	111,050.16
De base (Tier 1)	116,946.76	110,629.00
Risco de crédito	180,857.33	189,068.73
Risco Operacional	15,036.74	13,205.19
Total de Risco	195,894.07	202,273.92
Rácio de adequação - fundos próprios de base (Tier 1)	46.69%	54.90%
Tier Capital I	60.89%	54.69%
Rácio Global	61.07%	54.90%

33. Eventos subsequentes

O Futuro avalia os eventos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data de balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas.

Assim, o Futuro pode identificar dois tipos de eventos:

- Os que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- Os que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de Balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Após a data de balanço (31 de Dezembro de 2024) foi identificado um evento subsequente não ajustável, à luz da IAS 10 – Eventos Subsequentes:

- Redução das Reservas Mínimas Obrigatórias (conforme comunicação do Banco de Moçambique em Janeiro de 2025): em 27 de Janeiro de 2025 o Banco de Moçambique anunciou a redução da taxa de juro de referência (MIMO) para 12,25% e a diminuição dos coeficientes de Reservas Obrigatórias em moeda nacional e estrangeira em 10 pontos percentuais, passando para 29,0% e 29,5%, respectivamente. É nossa expectativa que o impacto desta decisão venha a permitir ao Futuro aplicar uma maior parte da liquidez obtida por via de Recursos de clientes em Empréstimos a clientes (reduzindo assim as necessidades de financiamento por outras vias externas, para potenciar o crescimento do negócio).

Nazir Ismail
Técnico de contas

Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

Anexo à circular nº3/SHC/2007

MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

31 de Dezembro de 2024

 1. Mensagem
do Conselho de
Administração

 2. Enquadramento
da actividade

 3. Enquadramento
da Gestão de Risco

 4. Enquadramento
Macroeconómico

 5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

 6. Relatório
do Auditor
Independente

**7. Demonstrações
Financeiras**

RUBRICAS	DEZ-24				DEZ-23
	NOTAS / QUADROS	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	
Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	15,665,774	15,665,774	16,024,113
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	14,574,424	14,574,424	5,282,674
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		0	0	0
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 +			0		0
3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 -	Aplicações em instituições de crédito	9	55,519,250	55,519,250	55,000,000
5210 (1) - 5300			0		0
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 +			0		0
3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) -	Crédito a Clientes	10	188,429,061	26,847,711	161,581,350
53010 - 53018			0		0
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 +			0		0
3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210	Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0
(1) - 5303			0		0
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 +			0		0
3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 -	Activos com acordo de recompra		0	0	0
5210 (1) - 5308 (1)			0		0
21	Derivados de cobertura		0	0	0
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		7,202,632	7,202,632	3,086,726
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0	0	0
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12	38,645,655	21,641,669	17,003,987
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	13	711,558	349,313	362,245
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0
300	Activos por impostos correntes		2,937,007	2,937,007	400
301	Activos por impostos diferidos		0	0	0
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32			0		0
+ 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50	Outros Activos	11	6,946,996	6,946,996	7,678,143
(1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54			0		0
(1) (3)			0		0
Total de activos			330,632,358	48,838,693	281,793,665
					338,332,572

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III Balanço - Contas Individuais (Passivo)

31 de Dezembro de 2024

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

RUBRICAS	NOTAS / QUADROS	DEZ-24	DEZ-23
Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	0	0
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 +	Recursos de outras instituições de crédito	0	0
5211 (1) + 5318 (1)			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 -			
3413 + 5202 + 5203 + 5211	Recursos de clientes e outros empréstimos	130,793,909	165,456,181
(1) + 5310 + 5311			
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	0	0
44	Derivados de cobertura	0	0
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	0	0
47	Provisões	2,942,890	898,563
490	Passivos por impostos correntes	0	0
491	Passivos por impostos diferidos	0	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) -			
3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1)	Instrumentos representativos de capital	0	0
+ 5314 (1)		0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311		0	0
(1) - 3416 (1) + 5206 (1) +	Outros passivos subordinados	0	0
5211 (1) + 5314 (1)			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 +			
50 (1) (2) + 5207 + 5208 +			
5211 (1) + 528 + 538 - 5388 +	Outros passivos	17,786,027	13,403,107
5318 (1) + 54 (1) (3)		10,958	99,246
	Total de Passivo	151,533,784	179,857,096
Capital			
55	Capital	107,800,000	107,800,000
602	Prémios de emissão	23,782,500	23,782,500
57	Outros instrumentos de capital	0	0
-56	(Acções próprias)	0	0
58 + 59	Reservas de reavaliação	0	0
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	-14,779,336	-19,832,339
64	Resultado do exercício	13,456,716	9,029,876
-63	(Dividendos antecipados)	0	0
	Total de Capital	130,259,881	120,780,037
	Total de Passivo + Capital	281,793,665	300,637,133

MODELO IV Demonstração de Resultados - Contas Individuais

em MZN

 1. Mensagem
do Conselho de
Administração

 2. Enquadramento
da actividade

 3. Enquadramento
da Gestão de Risco

 4. Enquadramento
Macroeconómico

 5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

 6. Relatório
do Auditor
Independente

**7. Demonstrações
Financeiras**

RUBRICAS	NOTAS / QUADROS	DEZ-24	DEZ-23	
79 + 81	Juros e rendimentos similares	18	84,060,605	83,315,022
66 + 67	Juros e encargos similares		-10,099,451	-12,613,377
	Margem financeira		73,961,154	70,701,645
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
80	Rendimentos com serviços e comissões	19	9,260,205	10,408,437
68	Encargos com serviços e comissões	19	-2,715,026	-3,376,924
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698				
- 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 +	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
83910				
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	20	-53,089	682,809
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	21	235,883	340,160
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 -				
75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 +	Outros resultados de exploração	21	38,644,633	18,095,895
83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848				
	Produto bancário	119,333,760	96,852,023	
70	Custos com pessoal	22	51,316,888	47,333,280
71	Gastos gerais administrativos	23	32,282,087	24,647,843
77	Amortizações do exercício	12.13	4,280,887	4,871,660
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		0	-181,516
760 + 7610 + 7618 + 7620 +				
76210 + 76211 + 7623 + 7624 +				
7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	17,997,182	11,150,880
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultados antes de impostos	13,456,716	9,029,876	
65	Impostos Correntes Diferidos	24	0	0
74 - 86	Diferidos		0	0
640	Resultados após impostos	13,456,716	9,029,876	
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Anexo à circular nº02/EFI/2017

INDICADORES PRUDENCIAIS E ECONÓMICO

31 de Dezembro de 2024

1. Mensagem
do Conselho de
Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação de
Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

DESCRIÇÃO	2024	2023
CAPITAL		
Rácio de Alavancagem	46.7%	43,76%
Rácio de Solvabilidade	60.9%	62,37%
Tier 1 Capital	61.07%	54.9%
QUALIDADE DE ACTIVOS		
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	27.4%	7.0%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	10.7%	11.0%
Rácio de Cobertura do NPL	80.5%	99.3%
GESTAO		
Custo de Estrutura	88.83%	90.63%
Custo de Funcionamento	69.40%	25.30%
Rácio de Eficiência	1,516	2.197.93
RESULTADOS		
Rácio da Margem Financeira	52.1%	37.8%
Rendibilidade do Activo (ROA)	4.8%	3.0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	4.3%	6.9%
LIQUIDEZ		
Rácio de Activos Líquidos	93.7%	95.6%
Rácio de Transformação	543.3%	589.8%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	174.2%	159.8%

Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Futuro MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral Ordinária de 9 de Abril de 2024, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Futuro.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com periodicidade e extensão que considerámos adequada, a actividade do Futuro e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Futuro as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

No exercício das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda., com o qual mantivemos contactos no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Futuro bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor e evidencia os aspectos mais significativos sobre a conjuntura económica global, a situação política e socioeconómica do país, com destaque para as incidências do período pós-eleitoral ocorridas no último trimestre de 2024, caracterizadas por contestações aos resultados eleitorais que provocaram um clima generalizado de incertezas.



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Futuro MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral Ordinária de 9 de Abril de 2024, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Futuro.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com periodicidade e extensão que considerámos adequada, a actividade do Futuro e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Futuro as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

No exercício das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda., com o qual mantivemos contactos no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Futuro bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor e evidencia os aspectos mais significativos sobre a conjuntura económica global, a situação política e socioeconómica do país, com destaque para as incidências do período pós-eleitoral ocorridas no último trimestre de 2024, caracterizadas por contestações aos resultados eleitorais que provocaram um clima generalizado de incertezas.





Estrada Nacional 8
Bairro de Namutequeliua - Nampula

+ 258 84 314 0799
contato@futuromcb.com